



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE HISTÓRIA**

CHRISTIAN BALDUCI DA CRUZ

A FUNDAÇÃO DA VILA KENNEDY: A *ALIANÇA PARA O PROGRESSO* NO  
GOVERNO LACERDA. (1960-1965)

RIO DE JANEIRO

2019

Christian Balduci Da Cruz

**A fundação da Vila Kennedy: A *Aliança Para o Progresso* no Governo Lacerda  
(1960 -1965).**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Renato Luís do Couto Neto e Lemos

Rio de Janeiro  
2019

## RESUMO

Balduci, Christian. **A fundação da Vila Kennedy: A Aliança Para o Progresso no Governo Lacerda (1960 - 1965)**. Orientador: Renato Lemos. Rio de Janeiro: UFRJ / IFCS / Departamento de História; 2019. Monografia (Bacharelado em História).

Essa monografia procura entender a criação da Vila Kennedy a partir dos movimentos políticos que modificaram as estruturas sociais e econômicas da sociedade da Guanabara. Primeiramente, investigamos a dinâmica dos processos de remoção das favelas cariocas, presente em nosso cotidiano desde o século XX, e as transformações do espaço urbano da ex-capital. Depois se analisa o projeto *Aliança para o Progresso* ressaltando suas características e especificidades, principalmente as que contribuíram nas ações de Carlos Lacerda à frente do Governo do Estado da Guanabara, no qual ocorreram diversas remoções com desculpas sanitárias e imobiliárias: percebemos a associação do Estado ao grande capital privado — basicamente construtoras — que impunham o desenvolvimento da urbe e/ou seu aburguesamento. Os objetivos da “aliança”, e as políticas de Carlos Lacerda - anticomunista, conservadora, fundamentalista e privatista -, eram o termômetro da agenda dos governos em sintonia no momento. No mais, na tentativa de fazer uma análise menos superficial possível, a linha segundo a qual se traça o plano deste trabalho é o Estado capitalista - a partir da sua dinâmica de execução - e seu papel ativo na produção do espaço urbano socialmente desigual e injusto. Em geral, se debate a vila Kennedy envolta dos processos políticos do país, tendo em vista a “[...] pirâmide das coligações transitórias de interesses políticos [...]”<sup>1</sup> em que as relações sociais estão submetidas.

---

1(LEAL, 1997, p. 20)

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>5</b>
<b>2. REMOÇÕES NA GUANABARA: BREVE ANÁLISE DO ESPAÇO URBANO DO RIO DE JANEIRO.....</b>	<b>12</b>
<b>3. ALIANÇA PARA O PROGRESSO: DINHEIRO, GUERRA E INFLUENCIA.....</b>	<b>23</b>
<b>4. 1960 - 1965: GOVERNADOR CARLOS LACERDA, O CORVO.....</b>	<b>33</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>46</b>
<b>6. IMAGENS.....</b>	<b>54</b>
<b>7. BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>65</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A comunidade da Vila Kennedy, localizada na zona oeste do município do Rio de Janeiro, anteriormente anexada ao território de Bangu, tornou-se oficialmente um bairro na metade do ano de 2017. Possuindo aproximadamente 42 mil habitantes segundo o último censo<sup>2</sup>, a comunidade hora ou outra estampa a capa dos principais noticiários do país com manchetes de que alguém morreu de bala “perdida”: “Tiroteio na Vila Kennedy deixa dois mortos e três feridos.”<sup>3</sup> O conflito estabelecido pelo Estado (Polícia Civil, Polícia Militar e o Exército brasileiro<sup>4</sup>) contra traficantes de drogas, seja no sentido territorial ou social, torna a guerra parte do dia-a-dia da população que ali vive.

O recém-considerado bairro é conhecido por ser uma das áreas mais “quentes” da capital Fluminense: seja pela sua localização geográfica, distante do mar e inserida entre vales (o que ocasiona um calor insuportável), ou pela disputa do território entre as facções rivais - o Comando Vermelho (CV)<sup>5</sup> e Terceiro Comando Puro (TCP) -, que lutam pelo domínio do tráfico na região<sup>6</sup>. Os paramilitares da milícia<sup>7</sup> aproximam-se cada vez mais dessa área<sup>8</sup>. De acordo com o aplicativo *Fogo Cruzado*<sup>9</sup>, nos primeiros cem dias de 2018, a Vila Kennedy teve a terceira maior ocorrência de tiroteios na região metropolitana no Rio, com 63 ocasiões de trocas de tiros ou disparos de armas de fogo.

Ao analisarmos o desenvolvimento social, econômico e político de qualquer região do planeta, onde prevaleça a estrutura de produção capitalista moderna, devemos levar em conta

---

2IPP - Instituto Pereira Passos. De acordo com pesquisa feita em no ano de 2010.

3<https://www.destakjornal.com.br/cidades/rio-de-janeiro/detalhe/tiroteio-na-vila-kennedy-deixa-dois-mortos-e-tres-feridos> / <http://cbn.globoradio.globo.com/editorias/policia/2017/03/07/CRIANCA-E-BALEADA-DURANTE-TIROTEIO-NA-VILA-KENNEDY.htm> Acesso em 6 de maio de 2019.

4Tendo em vista a intervenção Militar decretada por Michel Temer no ano de 2018.

5Facção que controla o território atualmente.

6<https://crimesnewsrj.blogspot.com/2018/01/tcp-da-vila-alianca-invade-vila-kennedy.html> Acesso em 13 de março de 2019.

7No contexto da criminalidade brasileira, a partir da década de 2000 e de início no Rio de Janeiro, milícia designa um *modus operandi* de organizações criminosas formadas em comunidades urbanas de baixa renda, como conjuntos habitacionais e favelas, inicialmente, e que a princípio efetuam práticas ilegais sob a alegação de combater o crime do narcotráfico. Tais grupos se mantêm com os recursos financeiros provenientes da extorsão da população e da exploração clandestina de gás, televisão a cabo, máquinas caça-níqueis, agiotagem, ágio sobre venda de imóveis, etc. São formadas por [policiais](#), [bombeiros](#), [vigilantes](#), [agentes penitenciários](#) e [militares](#), fora de serviço ou na ativa. Muitos milicianos são moradores das comunidades e contam com respaldo de políticos e lideranças comunitárias locais. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Mil%C3%ADcia> acesso em 6 de maio de 2019.

8<https://projects.theintercept.com/brasil/o-fim-de-uma-facao/> Acesso em 07 de janeiro de 2019.

9<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2018/09/5579465-vila-kennedy-registra-43-tiroteios-em-trinta-dias.html> Acesso em 6 de maio de 2019.

que a organização deste território não pode ser dissociada dos conflitos existentes no cerne da luta de classes. Enquanto “O triunfo final do capitalismo exigiu que a burguesia conquistasse e destruísse a cidade por meio das grandes reformas urbanas que na Europa foram levadas adiante no final de 1840” (NÓBREGA, 2011, p.29), no Rio de Janeiro, estas reformas aconteceram um pouco mais tarde, no início do século XX. Destarte, em geral, a maioria dos ordenamentos das cidades tem como objetivo principal favorecer alguns em detrimento da maioria, no sentido que poucos, realmente, se beneficiam com a otimização do fluxo do capital.

Atendendo ou não às necessidades de uma metrópole em expansão, ou aos mais variados interesses, quer de ordem econômico-financeira, quer político-social, grandes obras públicas sempre marcaram, de forma expressiva, os diversos períodos político-administrativos da cidade do Rio de Janeiro. Sabemos que os governos têm privilegiado a agenda da classe burguesa, dona dos meios de produção, desde o tráfico de índios, de escravos, da produção do açúcar, do café etc. Tendo isto em mente, entendemos que a implementação e a inauguração da Estrada de Ferro Central do Brasil (1858), assim como as ações de “aperfeiçoamento” da cidade durante a gestão do prefeito Pereira Passos (1902-1906), e a “febre viária” na década de 1930, não escaparam às leis do desenvolvimento econômico capitalista.

Políticas de remoção de favelas são implantadas na cidade desde o início do século XX, em que morros tiveram suas construções demolidas pelos poderes públicos, como o de Santo Antônio, no centro da cidade, alvo em 1901 e 1910 (MATTOS, 2016. p. 35). Após o desenvolvimento da malha ferroviária e as reformas urbanas promovidas durante o período de Passos, que foram momentos fundamentais para a redefinição da dinâmica e fluxo dos cidadãos na cidade, na década de 1920/1930 houve também uma expansão rodoviária, causadora de um desordenado crescimento urbano pela falta de planejamento, que até hoje é muito custosa.

Nas décadas seguintes, com o aumento econômico de determinados lugares - impulsionado pelas mudanças que levaram ao crescimento demográfico e às mudanças socioeconômicas - e o fortalecimento da organização social plutocrata e sua atuação política na reivindicação de maiores oportunidades de investimentos, nos anos 1960 as favelas tornaram-se o alvo principal: a especulação imobiliária inconsequente foi reação à expressiva agenda política executada pelo Governador Carlos Lacerda, que objetivava a transformação da Guanabara em “ponto turístico”. De acordo com Fátima Nascimento dos Santos:

O governador eleito Carlos Lacerda procurava implementar projetos de modernização no estado, com grandes obras como túneis, viadutos e embelezamentos nos quais a pobreza e carências não deveriam ficar em evidência. Sua política para as favelas se constituía na remoção de populações inteiras, especialmente as localizadas na zona sul em terrenos de maior valor imobiliário, para áreas distantes do centro da cidade (2009. p. 95-96).

Nesta esteira, buscaremos entender a criação do conjunto habitacional da Vila Kennedy em 20 de março de 1964, e se isto está vinculado à demanda política de erradicação de favelas e da remoção da sua população para as áreas periféricas do Município. Ao mesmo tempo, faremos uma análise conjuntural, sincrônica, das mudanças urbanas e sociais que propiciaram a inauguração da comunidade pelo Governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda.

Nota-se outro ato que parece ter sido fundamental para a criação das novas residências: o projeto *Aliança para o Progresso*, programa criado pelo presidente norte-americano John F. Kennedy, que objetivava o fortalecimento do capitalismo na América por intermédio de financiamentos a ideias antinacionais e contrarrevolucionárias na região sul-americana.

Eram os anos 60 e a política mundial fervilhava com o auge da chamada Guerra Fria entre países dos blocos capitalista e comunista, que entre si, travavam batalhas constantes no campo ideológico. O conflito entre EUA e URSS delimitou novas relações institucionais em todo o mundo e não foi diferente na América Latina. Diante da conjuntura, principalmente após a bem sucedida Revolução Cubana em 1959, apoiada pelo governo soviético, o medo de que o comunismo se espalhasse no Ocidente fez com que Governo americano expusesse os objetivos “humanitários” deste programa . Vicente Gil da Silva diz:

No final do mês de dezembro de 1960, o relatório final da Força Tarefa sobre problemas imediatos Latinos americanos do então candidato à presidência dos EUA John F. Kennedy afirmava que seria possível uma “década de desenvolvimento” na América Latina. Para tanto, bastaria que os Estados Unidos injetassem massivos recursos financeiros públicos e privados na região, recursos que seriam liberados mediante análise de “projetos de desenvolvimento” elaborados pelos países latino-americanos. Caso os projetos apresentados fossem “responsáveis, maduros, viáveis e identificados com os princípios democráticos”, de acordo com as concepções dos estrategistas estadunidenses, a liberação de auxílio financeiro para o desenvolvimento poderia proporcionar as reformas que, dizia-se, há muito

tempo os povos latino-americanos exigiam. (2008. p.12)

Tendo em vista os “avanços” possíveis através desta “*Aliança*” na região, o estado da Guanabara junto do seu Executivo, fechou acordo com os EUA e passou a integrar a lista dos participantes do projeto. Carlos Lacerda programou políticas sistemáticas de remoções compulsórias sem diálogo e, resolveu aplicar o dinheiro repassado pelo governo federal na construção de bairros proletários que receberiam pessoas vindas das comunidades afetadas. É importante notar que remoções sempre existiram, porém, o projeto americano inseriu as ferramentas catalisadoras: foi um imperativo circunstancial monetário para a execução dos procedimentos, que consistia na abertura de novos espaços para o capital transnacional, dando novas faces à dominação externa.

O método americano procura avançar com a mesma “colonização” de sempre, que passou a ser conhecida pelo eufemismo “progresso”<sup>10</sup>, enquanto o brasileiro, continua a submissão e a violência estatal impregnada nos seus agentes. No contexto da disputa geopolítica mundial, as formas de dominação - seja da elite empresarial americana e nacional, ou dos governos da Guanabara e Washington - se alinham quando a agenda ideológica continuava a ser a mesma luta anticomunista: se por um lado, Kennedy preocupava-se com a ascensão comunista na América, por outro, Carlos Lacerda mirava as comunidades e bairros periféricos.

Nesse sentido, uma das hipóteses levantadas seria a de que uma possível presença comunista na favela do Pasmado teria influenciado a sua remoção por parte do Estado. Rafael Soares Gonçalves sugere que o estado de calamidade das favelas do Rio, desde a década de 1940, poderia propiciar a aproximação de comunistas no seu interior:

O PCB também obteve excelentes resultados nas eleições locais, elegendo um grande número (36%) dos representantes para a Câmara dos Vereadores do Distrito Federal, em janeiro de 1947. O crescimento do número de favelados, a estigmatização imposta a eles, a ausência de serviços públicos e a repressão brutal da polícia nesses espaços, constituíram naturalmente um conjunto de elementos que contribuíram para a expansão do ideário

---

<sup>10</sup> “Uma reflexão mais aprofundada dos últimos 60 anos leva-me a concluir que o que quase terminou com os processos de independência do século XX foi uma forma específica de colonialismo, e não o colonialismo como modo de dominação. A forma que quase terminou foi o que se pode designar por colonialismo histórico caracterizado pela ocupação territorial estrangeira. Mas o modo de dominação colonial continuou sob outras formas e, se as considerarmos como tal, o colonialismo está talvez hoje tão vigente e violento como no passado.” Boaventura de Souza Santos. <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerre/boaventura-o-colonialismo-e-o-seculo-xxi/> Acesso em: 09 julho de 2019.



comunista nas favelas.

[...] o PCB havia instalado vários “comitês populares democráticos” em diversos bairros populares, e também subcomitês em algumas favelas, com o objetivo de intensificar a influência comunista. (2013, p.145)

De acordo com análises feitas por Gonçalves (2013), em 1947 eram contabilizadas 19 células comunistas dentro das comunidades cariocas. Nesse período, o “prestígio” do Partido Comunista Brasileiro (PCB) era alto, e pode ser atribuído ao destaque da União Soviética na derrota do nazi-fascismo; à figura de Luiz Carlos Prestes, ou ao sofrimento de seus militantes nas prisões do Estado Novo (1937-1945). Segundo Antônio Luigi Negro e Fernando Teixeira da Silva:

Tal êxito pode ser atribuído à capacidade de organizar e mobilizar para além dos discursos e orientações da cúpula. Os comunistas revelaram grande agilidade nas organizações de dezenas de comitês populares e democráticos, que se envolviam em problemas dos bairros e discutiam temas como habitação, custos dos gêneros de primeira necessidade, instrução e saúde públicas, lazer e etc. Lançaram-se ainda na criação de comitês profissionais, que tinha a função de atuar em sindicatos nos quais o partido não era parte da diretoria, ganhando destaque células por categoria voltadas para os problemas dos locais de trabalho. Em inúmeros documentos, o PCB divulgava sua participação em passeata, comícios, reivindicações e até mesmo greves. Essa face aguerrida dos pecebistas foi compartilhada por muitos trabalhadores que viam no partido uma organização que se defrontava com a exploração econômica e os poderes instituídos (2003, p. 55 - 56).

Em 1961, com a renúncia de Jânio Quadros à presidência da República, João Goulart, vice-presidente, chega ao poder diante de uma constante tensão com forças da direita. Dessa maneira o presidente decidiu recorrer aos grupos de esquerda para realizar as pretendidas reformas políticas. Essa mobilização pelas “reformas de base” desencadeou a reação de proprietários de terras, parcelas das Forças Armadas e dos interesses políticos estadunidenses no Brasil<sup>11</sup>. O vice-presidente Lyndon Johnson se mostrara bastante apreensiva com essa aliança, já que, na conjuntura da Guerra Fria, o favelado era um revolucionário em potencial aos olhos do governo.

O que nós concordamos para o futuro, nós apoiamos agora. O que nós

---

<sup>11</sup>FERREIRA, Marieta de Moraes. “As reformas de base”. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As\\_reformas\\_de\\_base](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base). Acesso em 10 de julho de 2019.

visionamos e esperamos para o futuro, nós buscamos agora. É assim que tem que ser, nossos programas e nossas opiniões não são fundadas nas areias movediças da preocupação do momento ou das opiniões passageiras de “qualquer oficial”. Eles são os problemas inevitáveis dos eventos no nosso passado e do perigo no nosso presente. Como o presidente Kennedy disse na sala de jantar desta casa, ele disse: “Nós vamos para a guerra contra os antigos inimigos da humanidade: doenças, pobreza, ignorância e nós dizemos que se a revolução pacífica é impossível, então uma revolução violenta é inevitável”<sup>12</sup>.

Diante de tais questões, considerando a existência de outros estudos sobre a mesma temática, optei por analisar apenas alguns aspectos da questão. Concentrei-me não só em analisar o processo de remoção das favelas da zona sul do estado da Guanabara, composto por violentos conflitos sociais referentes à política do Governador Carlos Lacerda, tendo em vista que os primeiros moradores do bairro inaugurado eram oriundos da favela do Pasmado, mas também examinar e compreender, a construção da comunidade como resultado de uma política governamental americana junto à guanabarina, observando os vínculos ideológicos referentes à luta paranóica contra o comunismo, sendo o Estado um dos agentes desses conflitos sociais emergentes.

Sabendo da vastidão de bibliografia sobre o assunto, e que não existe síntese absoluta sobre ele, qualquer trabalho que se proponha a gerar conhecimento integrador serve de apoio e orientação estruturante para as análises que pretendo fazer. Para tanto, este trabalho, que visa localizar no tempo e no espaço o posicionamento político do projeto americano quanto à realização do conjunto habitacional hoje conhecido como Vila Kennedy, tratou de uma breve revisão bibliográfica partindo dos trabalhos de Boaventura Souza Santos, Décio Saes, Maurício de A. Abreu, Lícia do Prado Valladares, Cecília Azevedo e alguns outros que contribuíram não só para o catálogo de informações disponíveis, mas também para uma breve discussão.

Falaremos das fontes que foram necessárias para essa pesquisa, e que por ventura estiveram ao nosso alcance. Filmes, documentários, entrevistas, discursos políticos e jornais foram essenciais para o desenvolvimento das proposições e levantamento de hipóteses. Jornais como *O dia*, *Diário Carioca* e o *Correio da Manhã*, citados em outras obras, nos ajudaram a reconhecer a importância dos anúncios imobiliários da área atingida pela ação política. De acordo com Júlio Bizarria: “*Deveras, um dos mais interessantes aspectos da abordagem do Correio da Manhã foi o modo como sua editoria para a cidade do Rio*

---

<sup>12</sup>Discurso de Lyndon Johnson <http://www.bcc.org.br/filmes/446968>. Acesso em 16 de outubro de 2018.

*conseguiu apropriar-se da urbanização para defender sua própria agenda.”*<sup>13</sup>

De maneira geral, a monografia pretende estabelecer relações simples e múltiplas entre fatos situados no mesmo plano, ou hierarquicamente ordenados, de acordo com as perspectivas de alguns autores de notório saber considerados importantes no que se diz respeito à cientificidade e plausibilidade das pesquisas. Muitas pesquisas que já foram realizadas em diversos momentos, com inúmeros graus de dificuldades, de maneiras teóricas e articuladas, parecem dizer que Estado e capital constituem blocos monolíticos cheios de contradições muito mais complexos do que parece. Analisarei algumas questões de implicações políticas e sociais, como por exemplo, “[...] *a forma peculiar de manifestação do poder privado e sua adaptação para conseguir coexistir em virtude dos resíduos do antigo e exorbitante poder plutocrata - num regime político de base ‘representativa’ [...]*” (LEAL, 1997, p. 40).

Diante das dificuldades da pesquisa, uma lembrança é bem vinda: “*A complexidade é um problema, é um desafio e não uma resposta*” (MORIN, 2001, p. 559). Se pesquisar pode ser entendido como uma maneira de obter informações a respeito de algo, é justamente a ideia de procurar com aplicação e diligência que perpassa este trabalho, e nesse sentido não podemos deixar de observar a passagem de Boaventura de Souza Santos: “*A diferença entre o erro e a inovação reside em que o primeiro repete as alternativas estabelecidas enquanto a segunda cria novas alternativas.*”<sup>14</sup>

Por fim, no ano de 1963, um ano antes da primeira vila custeada com o dinheiro norte-americano ser inaugurada, John F. Kennedy sofreu o atentado que lhe custou a vida e a comunidade que seria chamada de Vila Esperança passou a ser chamada de Vila Kennedy em sua homenagem. Ao nome juntou-se a réplica da estátua da liberdade, fincada na praça principal.

Trata-se da Estátua da Liberdade da Vila Kennedy, instalada em 1964, num bairro popular da Zona Oeste da cidade construído pelo governo estadual, com apoio e financiamento estrangeiro dos Estados Unidos<sup>15</sup>.

---

<sup>13</sup>BIZARRIA, Júlio. 2014, p. 61.

<sup>14</sup>SANTOS. 1984, p. 3.

<sup>15</sup>KNAUSS, Paulo. *Arte pública e direito à cidade: o encontro da arte com as favelas no Rio de Janeiro contemporâneo*. Disponível em: <https://docplayer.com.br/21747464-Arte-publica-e-direito-a-cidade-o-encontro-da-arte-com-as-favelas-no-rio-de-janeiro-contemporaneo-1.html> Acesso em: 11 nov. 2018.

## 2. REMOÇÕES NA GUANABARA: BREVE PANORAMA DO ESPAÇO URBANO DO RIO DE JANEIRO

O fogo no morro alastrou/ Entrou no barraco e nada deixou/ as labaredas cresciam, cresciam/ E o inferno de fogo a favela baixou/ Que é da casa do João, brasa virou/ João não tem mais lugar pra sonhar como sonhou/ e lá no Pasmado, triste, abandonado/ nem aquela palmeira o fogo deixou.<sup>16</sup>

O trecho da música acima retrata a austeridade por parte do Estado e a desumanidade dos seus representantes por não respeitar o direito de moradia dos habitantes das áreas entendidas como favelas, que a partir dos anos de 1960 sofrerá inúmeros ataques no Rio de Janeiro, devido ao projeto de erradicação instituído pelo governo de Carlos Lacerda. Contudo, essa prática já era uma velha conhecida entre a população pobre, que desde o final do século XIX vinha sofrendo constantes ataques e/ou perseguições, sendo obrigada a se deslocar de seus lares por ser vista como um empecilho e/ou um problema, seja pela fundamentação da higienização ou da modernização/embelezamento da urbe.

Sabe-se que a política de remoção está longe de ser uma novidade no Brasil. Com a chegada da Família Real, em 1808, 10 mil casas foram pintadas com as letras PR, de Príncipe Regente, o que significava que o morador “marcado” teria que sair de sua casa para dar lugar à realeza. Logo, PR ficou popularmente conhecido como “Ponha-se na Rua”<sup>17</sup>. A relação dos governantes não só do Rio de Janeiro, mas do restante do Brasil, com as áreas pobres da cidade tem um histórico de comportamento oscilante: ora fazem vista grossa ao crescimento e consolidação de áreas desassistidas, ora optam pela destruição e remoção.

Indispensável à compreensão de alguns temas que trataremos, Licia Valladares, nos expõe a importância da Guerra de Canudos (1893 – 1897) como uma das causas da origem da concepção do termo “favela”, tal como temos hoje: “*Parece, aliás, bastante claro que Canudos e seus jagunços, retratados por Euclides da Cunha, serviram como um modelo para pensar a população da favela*”. (VALLADARES, 2000, p.10) Após a Guerra de Canudos, foram dados aos soldados remanescentes casebres aglomerados sem traçados e sem acesso aos serviços básicos no antigo morro da Favela, que passou a se chamar “morro da Providência”. Muitos, mesmo não recebendo os lotes que lhes foram prometidos pelo

---

<sup>16</sup>Música cantada por Edith Serra na década de 1960. Sua história pode ser conhecida no livro: *Um século de favela*. Para ouvir a música: <https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=VXf-GljS9OA> Acesso em 07 de janeiro de 2019.

<sup>17</sup><https://jornalocasarao.files.wordpress.com/2013/12/das-rac3adzes-histc3b3ricas-das-remoc3a7c3b5es-c3a0-construc3a7c3a3o-da-cidade-olc3admpica.pdf> Acesso em 08 de janeiro de 2019. p. 18.

governo, também ocuparam o local.

O termo favela passou a se utilizado após a década de 1950<sup>18</sup>, quando a imprensa passou a adotá-lo para passar a designar as características e não propriamente ao morro Favela. Favela aos poucos passou a designar aglomerações de pessoas pobres, de construções irregulares, geralmente em morros etc. Tal como era considerado o arraial de Canudos, inclusive porque localizava-se em regiões montanhosas. Em *Os Sertões*, Euclides da Cunha revela essa descrição que permaneceu no nosso imaginário:

E no primeiro momento, antes que o olhar pudesse acomodar-se àquele montão de casebres, presos em rede inextricável de becos estreitíssimos [...] o observador tinha a impressão exata de topar, inesperadamente, uma cidade vasta.” (CUNHA, p. 246)

A percepção de um local miserável, retrógrado, perigoso e/ou rural que Euclides da Cunha fazia do Arraial de Canudos era similar aos primeiros escritos propagados pela imprensa sobre as favelas cariocas, que fazia questão não só de ressaltar essas características como de aproximar os locais. Esta influência fica clara no trecho de, Onde moram os pobres, do jornalista Everaldo Backheuser:

[...] O morro da Favela nada mais é que o antigo morro da Providência (...). É assim chamado depois da luta de Canudos, pelos soldados que de lá voltaram e que por certo acharam o seu quê de semelhança entre o reduto dos fanáticos e o reduto da miséria do Rio de Janeiro<sup>19</sup>.

Ao pesquisar o começo da República e as questões que advieram, não só em relação ao projeto social republicano, mas também no plano de estruturação da capital, perceberemos o quanto essas questões são interligadas, já que as habitações populares, sejam os cortiços ou moradias do gênero e posteriormente as favelas, serão encaradas como problemas para a modernização, desenvolvimento e saúde pública. Logo, os indivíduos que moram nesses lugares serão taxados sucessivamente com adjetivos depreciativos como: amorais, animalescos, marginais, vagabundos, entre outros. Maurício de A. Abreu (1987) pesquisou o estado da influência das políticas públicas sobre a distribuição espacial da população de baixa renda na área metropolitana do Rio de Janeiro, e percebeu que o alto grau de estratificação

---

18Cf. ABREU, 1994.

19BACKHEUSER, Everaldo. Onde moram os pobres. *Renascença*, Rio de Janeiro, n.13, março de 1905. Apud. MATTOS, Rômulo Costa. Op. cit., p. 49.

social desse espaço é apenas a expressão de um processo de segregação das classes populares que se desenvolve no Rio de Janeiro há bastante tempo.

A reforma urbana do centro da cidade articulada no período do presidente da República Rodrigues Alves e o prefeito Pereira Passos (1902–1906) pretendia fazer da capital símbolo de poder econômico, político e social. Assim, colocaram abaixo um grande número de cortiços, desalojando milhares de famílias que ficaram sem opções de moradia. A modernização não se refletia exclusivamente no embelezamento da urbe e a construção de hábitos citadinos, mas também em melhorias estruturais, como, por exemplo, a ligação de portos a vias de acesso direto facilitando o escoamento de produtos. Entretanto, para que a reforma obtivesse êxito era imprescindível erradicar o foco da questão urbana, que eram os famosos aglomerados habitacionais, que já vinham sofrendo retaliações diversas desde o século XIX, como, por exemplo, o decreto que impedia reformas e novas construções, proporcionando assim a desocupação e a propensão a preconceitos em relação aos seus moradores.

Foi dado, assim, um empurrão no processo de favelização, já que, sem ter para onde ir, a população pobre e desabrigada acabava indo ocupar os morros ao redor da região. Apenas para termos uma noção da dimensão das reformas empreendidas durante a gestão de Pereira Passos, podemos citar que somente para a construção da Avenida Central (atual Av. Rio Branco) foi necessária a demolição de mais de seiscentos imóveis, assim como o desalojamento de mais de oito mil famílias. Ou seja, durante poucos anos milhares de pessoas foram desalojadas o que certamente alimentou um enorme conflito entre a população e o Estado<sup>20</sup>.

Costa Mattos (2016) demonstra que, desde o início da República, existe uma luta entre a elite e os marginalizados pelo direito a certos espaços da cidade, ainda mais quando a especulação imobiliária passou a orientar os valores dos imóveis no centro. Em 1907, a grande imprensa - que já chamava os moradores do morro de “pobres” - divulgava amplamente que as reformas urbanas haviam provocado o recrudescimento da crise habitacional<sup>21</sup>. Para o autor, a preocupação com o morro da Favela se explicava pelo motivo de que ele seria, no entender de intelectuais e jornalistas, o principal território das “classes perigosas” no Rio de Janeiro. Nessa época, uma visita da equipe do *Correio da Manhã* ao

---

20SILVA, Maria Lais Pereira da. Favelas cariocas, 1930-1964. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p. 38 - 56.

21PAULO; Paula Paiva. Op. cit., 2016, p. 39.

morro da Babilônia (na região do Leme/Copacabana) ganhou as duas primeiras páginas da edição dominical. Nesse trecho abaixo, evidencia-se a percepção das transformações advindas da tentativa de aburguesamento da cidade:

A montanha povoa-se. É caridade da terra... assim vai a pobreza recuando para as eminências, abrigando-se nos cerros, repelida pela Grandeza, pelo fausto arrasador das casas humildes, pelo progresso que não consente da permanência de um pardieiro no coração da cidade. A montanha abre o seu manto verde e acolhe os pobrezinhos como os santos no tempo suave dos eremitas<sup>22</sup>.

Por volta da década de 1920, o transporte de trem não era considerado barato. Apenas com a “unificação das tarifas de trem, a própria eletrificação das linhas da Central do Brasil, e a expansão viária da região (a construção da Avenida Brasil), permitiu-se, entre outras coisas, a própria expansão do serviço de ônibus”. (SANTOS, p.263) A partir de então houve um recrudescimento da presença da população mais carente nas regiões mais afastadas, pois, pessoas que antes não tinham sequer a possibilidade de trabalhar no centro e arcar com as despesas diárias de transporte, foram enviadas a regiões cada vez mais distantes. Nessa época, o Morro do Castelo foi aterrado e, seus 4.200 moradores foram desalojados<sup>23</sup>.

A concepção da favela como um obstáculo à modernização e/ou um problema que deveria ser solucionado, ou melhor, erradicado era consenso também entre engenheiros e médicos higienistas e acabou ganhando um forte clamor popular, em virtude da campanha articulada por João Augusto de Mattos Pimenta<sup>24</sup>, entre 1920 e 1922, nos principais jornais do Rio, a qual rotulava a favela como miasma urbano, “lepra da estética”. Classificando não somente o ambiente como seus moradores, pois acreditava que o meio era um transformador moral, deste modo a favela se opunha ao projeto de cidade, como podemos ver em trecho do seu discurso:

[...] contra a infestação avassaladora das lindas montanhas do Rio de Janeiro pelo flagelo das “favelas” - lepra da estética, que surgiu ali no morro, entre a Estrada de Ferro Central do Brasil e a Avenida Cais de Porto e foi se derramando por toda a parte, enchendo de sujeira e de miséria preferentemente os bairros mais novos e onde a natureza foi mais pródiga de

---

22O morro da Babilônia. *Correio da manhã*, 02 de junho de 1907. *Apud* MATTOS, 2016, p. 43.

23NONATO, José Antônio; SANTOS, Nubia Melhem. Era uma vez o Morro do Castelo. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

24Mattos Pimenta foi uma figura importante dos anos 20 que teve demasiado espaço na mídia e na política do Rio de Janeiro. Ver mais em: Valladares, Lícia do Prado. A invenção da favela: do mito de origem a favela.com.

beleza<sup>25</sup>.

Lima Barreto expôs, em 1922, o “*deslocamento causado pela intensa ocupação do solo*”, e criticava “*o insólito aspecto urbano que actualmente têm os nossos subúrbios – cousa que não espera topar em paragens de tal nome*”<sup>26</sup>. Um espaço tão antigo quanto a cidade “oficial”, mas que não representa, de “verdade”, a imagem da cidade. O problema da habitação na cidade do Rio de Janeiro, até hoje, não foi seriamente encarado e com o tempo, certamente, a questão só se agravou. À medida que as favelas se multiplicavam, crescia também o descaso do poder público para com estas regiões, conseqüentemente o problema só cresceu. Todavia, “*embora tenha-se tornado quantitativamente mais sério e qualitativamente mais complexo, a sua capacidade de ‘explodir’ – isto é, de ser um foco detonador de conflito urbano - decresceu substancialmente*” (ABREU, 2003, p.2). O grau desta vontade é diretamente relacionado com o nível do amadurecimento político da população ao longo da história em cada região.

Em 1924, cinegrafistas alemães mostraram transformações da parte central e periférica da cidade, onde cresceram as indústrias, e depois algumas das maiores favelas do Rio. A avassaladora concentração de prédios residenciais em Copacabana era a expressão da especulação imobiliária num dos cartões postais mais famosos do país<sup>27</sup>. Os cinegrafistas “venderam” a cultura carioca para o mundo numa visão admirada de modernidade do Brasil: o Pão de Açúcar, o Cristo Redentor, os bondes ainda trafegando na região da Lapa, o formigueiro humano na Av. Rio Branco, o prédio histórico que não existe mais - Palácio Monroe, antigo Senado -, Leblon, Ipanema, e a praia da moda - Copacabana -, a “Princesinha do mar”, grande referência do Rio de Janeiro<sup>28</sup>, e obsessão dos turistas. Aqui vale lembrar, o episódio ocorrido em 1927, quando o urbanista francês Alfred Agache foi contratado pela Prefeitura para elaborar um projeto de remodelação e embelezamento da cidade do Rio de Janeiro (COSTA MATTOS, 2016, p. 37).

Na lógica de distinção social e do prestígio, a violência causada pelos aparatos estatais contra os indivíduos de uma determinada parte da sociedade orienta as relações entre favelados e abastados, a convivência nos espaços de sociabilidade e a luta de classes. O

---

25Discurso proferido no Rolyty Brasil de 12 de novembro de 1926. Apup: Valladares, Licia do Prado. A invenção da favela: do mito de origem a favela.com. p. 42.

26Revista Suburbana, 3 set. 1922, p.6

27<https://www.youtube.com/watch?v=3JjHifC5Fis> Documentário *O Rio por Eles*, episódio 1. Acesso em 19 de fevereiro de 2019.

28Idem.



Estado não pode ser compreendido como passivo, refém do capital, destinado a projeções particulares de uma elite imperialista, mas fica claro, entretanto, o poder das classes dominantes e o seu desempenho em nome de seus próprios interesses. O Estado brasileiro antes de 1930 era anti-social. Não era voltado para a gestão da população, nem para o bem estar do povo. Pelo contrário, era um Estado voltado para reprimir aspectos não aceitos pela burguesia agrária, como aspectos típicos da dinâmica política, como se a elite pensasse da seguinte forma:

Política é isso aqui! Nós somos donos desse aparelho aqui. Nós temos que controlar o câmbio, temos que conseguir empréstimo externo para financiar a produção. Nós que lideramos a riqueza. O Estado é nosso.<sup>29</sup>

A partir dos anos 1930 as favelas começaram a marcar o espaço da cidade. Tão logo começaram a se impor no espaço urbano, elas passaram a ser motivo de preocupação e objeto de inúmeros projetos (VALLADARES, *Op. Cit.* p.22). A população urbana tida como “civilizada” e “classe dirigente”, isto é, jornalistas, professores, intelectuais, políticos ou artistas, exprimia sua hostilidade em todos os jornais, tratando a favela com uma realidade patológica, uma doença, uma praga, um quisto, uma calamidade pública<sup>30</sup>. Contudo, de acordo com a antropóloga Alba Zaluar, favela também deveria ser atribuída à “*criatividade cultural e política, à capacidade de luta e de organização demonstrada pelos favelados*”<sup>31</sup> no decorrer do tempo. A associação entre violência e favela leva a uma simplificação de que pobreza gera violência, quando devem ser considerados fatores como a desigualdade social e a dinâmica de produção da riqueza. O pensamento de que as favelas podem ser resumidas como locais onde o mundo da desordem impera é insuficiente para compreendê-las.

Outro processo de remoção ocorreu entre 1941–43, quando o interventor Henrique Dodsworth (1937-1945) elaborou outro projeto de higienização das favelas, durante a obra de abertura da Avenida Presidente Vargas. Foi, talvez, uma tentativa organizada e mais humanista de uma política habitacional para comunidades mais pobres. Quatro favelas foram destruídas e oito mil pessoas foram transferidas, porém, elas não foram enviadas para longe,

---

29Adalberto Cardoso, doutor em Sociologia pela USP e professor e pesquisador do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ. Depoimento dado para o documentário *Um sonho intenso*, que pode ser visto em: <https://www.youtube.com/watch?v=2JwOKMup2rw&list=PLd5-d00cD8Gc-nvjU8mpTNoXXIR5Bd9E1&index=34&t=0s> Acesso em 07 de março de 2019.

30Apud VALLADARES, 1978, p. 22.

31ALVITO, Marcos e ZALUAR, Alba. *Um Século de Favela*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

foram encaminhadas para três parques proletários: na Gávea, na Praia do Pinto (Lagoa) e no Caju. Pouco depois, em 1948, foi feito o primeiro censo oficial a levantar a população das favelas, que contabilizou 138.837 moradores em 105 comunidades (7% da população total do então Distrito Federal), e que 78,53% dos favelados que moravam na zona sul trabalhavam nas imediações<sup>32</sup>. As observações de Júlio Bizarria (2014. p. 27), em relação ao pensamento social paisagístico habitacional da classe detentora de renda mais alta, nos ajudam a entender a importância de tal questão. Ele escreve:

O Pasmado, sem sua favela, frequentava as páginas do *Correio* de modo irregular a partir da interventoria de Henrique Dodsworth (1937-1945), quando aparece pela primeira vez o projeto de se construir os grandes túneis que animaram a engenharia carioca pelas décadas seguintes, entre os quais o Túnel do Pasmado. O orgulho por essas obras aparece tanto nas matérias do *Correio* quanto nos anúncios que estampava, e é importante para se compreender as representações da cidade oferecidas pelo matutino. Até o início das obras do túnel, o Morro do Pasmado aparece, sobretudo, como referência espacial de uma série de anúncios de bens imóveis na região, principalmente em fase de incorporação, que testemunham o aquecimento do mercado imobiliário local como consequência direta da expectativa de valorização fundiária. É a partir da inauguração do túnel que a Favela do Pasmado passa a ter suficiente saturação para ser abordada como objeto de política urbana.

Sobre o que tange a ocupação do Morro do Pasmado, verifica-se que só a partir da década de 1950 ele se tornou um incômodo para as autoridades públicas: pelo menos é neste momento que verificamos relatos da imprensa a criminalizando. Acreditamos que tenha se dado pela construção do túnel no local, que não só viabilizou o deslocamento da cidade, estreitando a distância entre o eixo centro e os bairros fronteiriços da zona sul, como também acelerou o crescimento populacional da favela oriundo da escolha desses operários por residirem próximo e/ou no local de trabalho. Em 1959, o *Correio da Manhã* propunha que ela fosse a primeira a ser removida dentro da política de controle imediato das favelas da Zona Sul, dado que “do ponto de vista turístico da cidade, continua crescendo aos olhos estarrecidos dos cariocas”<sup>33</sup>. É perceptível que a artimanha remocionista por parte do governo foi se tornando muito comum, sendo intensificada e/ou reformulada ao longo da história da cidade do Rio de Janeiro, sempre baseado no fundamento de não integração do

---

32Prefeitura do Distrito Federal, Censo das favelas: aspectos gerais. Rio de Janeiro: Secretaria Geral do Interior e Segurança, Departamento de Geografia e Estatística, 1949. p. 18. Apud: BRUM, Mario. Op. cit., p. 184

33Turismo (?): “Cresce a Favela do Pasmado”. *Correio da Manhã*, 11/01/1959. Disponível em: Hemeroteca Digital, termo de pesquisa: favela. [http://memoria.bn.br/DocReader/089842\\_06/101212](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/101212) Acesso em 16 de julho de 2019.

favelado ao local em que se encontravam. Como podemos observar no trecho da reportagem do jornal *Correio da Manhã*:

[...] controle imediato das favelas da zona Sul da cidade, particularmente as que estão situadas em pontos turísticos, e, ainda, para o futuro, extinção de todas. Não é o que se vê. Uma das piores favelas, do ponto-de-vista turístico, da cidade, continua crescendo aos olhos estarecidos dos cariocas, enquanto o Serviço de Recuperação de Favelas continua de braços cruzados, fingindo ignorar a anormalidade. (...) Os danos causados à estética do Rio de Janeiro por aquela favela são lamentáveis. Nada mais feio há na cidade. Seria essa a primeira favela na ordem de mudança. Sobre ela devia o Serviço de Recuperação exercer severa vigilância, a fim de evitar seu aumento<sup>34</sup>.

Na configuração exposta acima, no famoso bairro de Botafogo, às margens da Baía de Guanabara, se encontra o Morro do Pasmado, que adquiriu esse nome provavelmente pela bela e panorâmica vista da enseada de Botafogo com o Pão de Açúcar ao fundo e o Corcovado em primeiro plano. Ele encontrava-se bem no meio do caminho de ligação entre o Centro e as praias. Ainda que pouco se saiba sobre e da impossibilidade de constatar a veracidade das memórias encontradas sobre a história da ocupação do local — e posteriormente sua erradicação, é muito importante entendermos o que viabilizou a transferência de seus habitantes para os longínquos conjuntos habitacionais Vila Aliança e Vila Kennedy, na zona oeste, e uma minoria do contingente para os Parques Proletários do Leblon e da Gávea.

Dentre as favelas removidas, a do Pasmado encontra-se na lista das que foram sacrificadas para dar lugares a condomínios luxuosos. As reportagens comentavam que “*o local é bom para moradia, o morro é baixo e fica, praticamente, no centro da cidade. Para os que ali constroem barracos, por certo, não interessa o embelezamento da cidade.*”<sup>35</sup> Segundo a mesma série de reportagens, com o crescimento desordenado da população, a favela aumentou de tamanho e causou uma série de “*problemas*”, tais como o que atingiu a Policlínica de Botafogo, que passou a conviver com o “*esgoto das imundícies e dejetos*” que atingiam seu muro. Contava o mesmo jornal, ainda, que o pessoal da Policlínica lutava como podia: tão depressa percebe percebiam um novo despejo, muniam-se de vassouras, antissépticos e “*metiam as mãos à obra*”.

Aqui é interessante destacar a influência dos meios de comunicação na vida das

---

34Idem

35Idem

pessoas, atuando como um ator político que escolhe o que terá ou não destaque e como determinados assuntos serão ou não tratados. Eles podem encarar esse assunto do ponto de vista do patrão ou do trabalhador, podendo decidir ouvir apenas quem se sentiu prejudicado por tal evento. Ou não. Pode-se, em linhas gerais, ter uma abordagem positiva ou negativa<sup>36</sup>. A questão é que os instrumentos de informação são caros e precisam de muito trabalho e recursos, para terem um alcance efetivamente massivo, isto é, chegar a milhares ou milhões de pessoas. Isso faz com que grandes grupos econômicos ou pessoas com muito dinheiro exerçam um enorme controle sobre esses aparatos. Considerando que o termo que mais se aproxima da caracterização precisa desse complexo de comunicação é “mídia burguesa”, pois deixa claro quem são os donos desses veículos e quais valores e interesses defendem. Isto porque Bourdieu acredita que a opinião publicada divulga matérias que são “*profundamente ligadas à conjuntura e dominadas por um certo tipo de demanda social.*”<sup>37</sup> ou seja, articuladas de acordo com o contexto social e político do momento. A lógica do teórico se adequa perfeitamente ao fenômeno favela, já que acreditamos que na época houvesse causas mais emergenciais a serem discutidas e resolvidas, como por exemplo, a falta d’água ou mesmo de habitações, tidas como questões crônicas da cidade, apesar disso a imoralidade das favelas eram colocadas insistentemente como o principal problema da urbe.

Entre idas e vindas da história e da democracia brasileira, a Avenida Rio Branco, no centro da cidade do Rio de Janeiro, tornou-se uma espécie de síntese do que acontecia de bom ou ruim no país. Até a mudança da capital para Brasília, o estado da Guanabara era a porta de entrada oficial do país. Nos anos 1960, juntamente com o governo federal, o poder público do Rio de Janeiro colocou em prática uma operação gigantesca para remover as favelas da cidade e transferir seus moradores para conjuntos habitacionais na periferia. As favelas eram vistas como se fossem uma questão habitacional, um problema de uso do solo. O objetivo não era integrá-las à cidade, mas remover as comunidades e despachar seus moradores para locais ermos, sem acesso a transporte eficiente nem a infraestrutura e serviços adequados, longe dos olhos do resto da sociedade<sup>38</sup>. Como explicou Lícia do Prado Valladares:

---

36Allport. Toward a Science of Public Opinion. Apud: VESTENA, Carla Luciane Blum. O papel da mídia na formação da opinião pública: a contribuição de Bourdieu. In: Guairacá – Revista de Filosofia. v.1, n.1, 2008, p. 12.

37BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: THIOLENT, Michel J. M. *Crítica metodológica, investigação social & enquête operária*. São Paulo: Polis, 1987, p. 137-151.

38<https://medium.com/explicando-a-pol%C3%ADtica-de-habita%C3%A7%C3%A3o-da-prefeitura/a-pol%C3%ADtica-de-remo%C3%A7%C3%A3o-de-favelas-no-passado-9297ee02457f> Acesso em 05 de março de 2019.

após inúmeras tentativas de “solucionar o problema” da favela, que se sucederam por cerca de vinte anos, a década de 60 presenciou o início de uma operação gigantesca visando a remoção sumária das favelas do Rio de Janeiro para os conjuntos habitacionais financiados pelo BNH e comercializados pela COHAB. (*Op. cit.*, 1978, p. 21.)

A urbanização causava remoções. Remoções que levaram as primeiras famílias para a Vila Kennedy. De acordo com *site* da empresa responsável pela construção, o objetivo era “*minorar os efeitos das pressões econômicas que atuavam sobre a população favelada*”<sup>39</sup>. Em 1963 a secretária de Serviços Sociais da Guanabara, Sandra Cavalcante, iniciou o processo de comunicação aos moradores: as favelas seriam removidas e, de início, os moradores levados para as casas das Vilas Aliança ou Esperança, na Avenida das Bandeiras, na Zona Norte. Foi um projeto muito divulgado, sendo o carro-chefe do Governo, tanto que alguns chefes de Estado quando vinham ao Brasil queriam conhecê-lo. Na reportagem do jornal *O Globo*, afirma a socióloga Maria Laís Pereira:

A imprensa tocava no tema favela o tempo todo. Na Zona Sul, havia pressões da especulação imobiliária. Lacerda, ferrenho anticomunista, obteve verbas dos Estados Unidos por meio da Aliança pelo Progresso (entidade criada pelo presidente John Kennedy para financiar projetos sociais na América Latina e conter o avanço do socialismo). Com esses recursos, ele produziu conjuntos habitacionais distintos dos anteriores: longe dos centros de trabalho e sem articular as necessidades dos moradores.<sup>40</sup>

De acordo com Paula Paiva Paulo (*Op. cit.*, 2013, p. 36), com o financiamento de recursos americanos (Usaid), entre 1962 e 1965, foi possível a construção dos conjuntos para receber famílias desenraizadas de favelas das zonas sul e norte do Rio - como o Morro do Pasmado, em Botafogo; a Favela do Esqueleto, no Maracanã; e a Praia do Pinto, na Lagoa. Uma das promessas feita por Lacerda é a que daria vagas na Universidade do Estado da Guanabara (depois, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ) aos filhos dos moradores que saíssem. Contudo, o empresário Jorge Melo, que foi um dos removidos do Esqueleto, lembra que o acordo não foi cumprido<sup>41</sup>. As remoções visavam favelas em terrenos de alto valor imobiliário. As transferências para conjuntos habitacionais não foram nada

---

39<http://www.cehab.rj.gov.br/empresa/> Acesso em 16 de julho de 2019.

40<https://oglobo.globo.com/rio/favelas-foram-removidas-para-conjuntos-sem-qualquer-infraestrutura-2772762>  
Acesso em 13 de março de 2019.

41Idem.

razoáveis: incêndios foram provocados pelo aparelho estatal. Os trabalhadores pobres da cidade foram retirados a força de seus lugares. Tiraram os moradores do local de trabalho para serem enfiados num lugar fantasma, a 50 quilômetros de distância de onde estavam, sem transporte de qualidade, ou com preço razoável. Segundo os dados de Paula Paiva Paulo:

As construções dos conjuntos habitacionais vinham junto com a remoção de favelas. Em 1964 seriam removidas totalmente: Pasmado, em Botafogo (911 famílias); Getúlio Vargas, no Leblon (113); Maria Angu, em Ramos (460); Maneta, no Leblon (41), Vila do Sase, em Duque de Caxias (665). Parcialmente: Macedo Sobrinho, no Humaitá (14); Del Castilho (9); Marquês de São Vicente, na Gávea (32); Ladeira dos Funcionários, no Caju (8). Em 1964 terminou a remoção de todos os 3.991 moradores da Favela do Pasmado para diversos locais da cidade, como Vila Kennedy, Vila Aliança, Parque Proletário do Leblon e Parque Proletário da Gávea<sup>42</sup>.

Victor Nunes Leal em *Coronelismo, enxada e voto*, escrito em 1949, ajuda muito no entendimento da função do Estado' no que tange à reflexão geral: apesar de não estarmos falando de coronelismo - fenômeno da vida política no interior do Brasil, envolto nas características da vida política municipal -, o resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada, marca não só o interior, mas também as capitais. Num sistema social em que as posições se intercalam, o poder, os cargos, tudo se “descentraliza” infinitamente, devido ao abandono do poder central do Brasil, num país de dimensões continentais, o poder privado conseguiu subverter e se estabelecer sobre o seio da República mal-feita, através de caráter personalista e mandonista, adjacente à lógica do favor e do predomínio de favorecimentos individuais, perante o bem comum da nação (LEAL 1997). Além disso, ele lembra “[...] *compromissos governamentais não são assumidos à base de princípios políticos, mas em torno de coisas concretas e efêmeras, que prevalecem para uma ou eleições próximas.*” (LEAL. Op., cit., p.41) O autor completa:

Em certas circunstâncias, as ameaças e violências desempenham função primordial, por que semelhantes processos podem, por vezes, garantir o governo municipal à corrente local menos prestigiada. Mas a regra não é esta: a regra é o recurso simultâneo ao favor e ao porrete. Compreende-se isso perfeitamente, quando se considera que a situação dominante no estado o que interessa é consolidar-se com o mínimo de violência. A não ser um

---

<sup>42</sup><https://jornalocasaraio.files.wordpress.com/2013/12/das-rac3adzes-histc3b3ricas-das-remoc3a7c3b5es-c3a0-construc3a7c3a3o-da-cidade-olc3admpica.pdf> Acesso em 08 de janeiro de 2019. Livro-reportagem de Paula Paiva Paulo apresentado como projeto experimental como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social – habilitação Jornalismo – sob a orientação da profa. Sylvia Moretzsohn.

desequilibrado, ninguém pratica o mal pelo mal: em política, principalmente, recorre-se à violência quando outros processos são mais morosos, ou ineficazes, para o fim visado<sup>43</sup>.

Ao observar o mapeamento da realidade de quem foi reassentado nesses conjuntos, tendo em vista que o processo de “remoção” separa os pobres dos ricos no espaço urbano, aumentando o distanciamento social, percebe-se que essas demolições serviram para construir uma cidade mais segregada. A realidade transformou-se em algo bem diferente: diversos moradores relatam que as casas não possuíam vasos sanitários, nem água ou luz; Não havia infraestrutura e acesso aos serviços e equipamentos urbanos prometidos; Não havia nada por perto, não havia cidade em volta; transporte, escola e até mesmo comida. Pessoas perderam seus empregos, seus laços sociais e sua qualidade de vida. Por ser uma localidade muito distante, a vida das pessoas que foram morar no bairro ficou mais difícil. Medindo o imaginário de seu tempo, Fátima Bezerra conclui:

A noção de “ilegalidade” para o espaço favela esteve sempre armazenada na memória pública das instituições pelo fato de estar ligada aos interesses dos que conseguiram obter a propriedade da terra na cidade. Ocorreu o que podemos chamar de amnésia, arguida pelo poder público associado aos setores dominantes e baseada na distribuição socioespacial da cidade determinada pelas classes proprietárias. As favelas surgiram no cenário carioca quando os excluídos do espaço urbano, que não tinham possibilidade econômica de adquirir a propriedade de terrenos, passaram a habitar os morros e encostas da cidade. A partir de então, a posse dos espaços dos morros e encostas - as favelas - passou a ser considerada transgressão ao ordenamento urbano, ou seja, uma “ilegalidade” que deveria ser reprimida. E o favelado, aquele que incomodava os habitantes da cidade com a exposição de sua miséria, tornou-se, no imaginário dos setores privilegiados e dominantes, membro de uma classe perigosa, com muitos desempregados e potencialmente capaz de pilhar, roubar, furtar (Op. cit., p. 95).

Se o governador Carlos Lacerda removeu 41.958 moradores (1962–1965) de 27 áreas, seu sucessor, Francisco Negrão de Lima (1965/1971) removeu ainda mais: 70.595 pessoas (1966 a 1971). Isso representava, à época, cerca de 12% da população dessas comunidades em toda a cidade (VALLADARES, 1978). Com uma perspectiva geral, percebe-se que as ações do governo da Guanabara, nas mãos de Lacerda, e do Rio de Janeiro nas últimas décadas, sempre se mobilizaram a favor do modelo empresarial-capitalista-burguês de política urbana implantado no Rio de Janeiro, segundo o qual a cidade é a mercadoria (MARICATO, 2015

---

43LEAL. Op., cit., p.35

apud MATTOS, 2016, p.43). Por fim, Cecília Azevedo, no livro organizado por Paulo Knauss, contribui novamente:

A 20 de Janeiro de 1964, dia de São Sebastião, padroeiro da *cidade maravilhosa*, foi inaugurada aquela que seria, segundo seu mentor - o governador Carlos Lacerda -, a primeira comunidade planejada do Rio de Janeiro: Vila Kennedy. Construída numa planície deserta para além do km 35 da Avenida Brasil, em trecho então denominado Avenida dos Bandeiras, a Vila veio a ser o destino de milhares de favelados removidos das principais favelas da cidade: a do Pasmado, a da Praia do Pinto e a do Esqueleto. Além do nome do presidente famoso, outra coisa no lugar lembra os Estados Unidos - fonte de recursos que viabilizaram a obra: uma réplica da Estátua da Liberdade de Nova Iorque.<sup>44</sup>

### **3. ALIANÇA PARA O PROGRESSO: DINHEIRO, GUERRA E INFLUENCIA**

Cabe neste momento a realização de algumas digressões de aspectos informativos, para que, da melhor maneira possível, seja explicada a definição do que o projeto *Aliança para o Progresso* representou para o governo norte-americano, e por que razões ele foi proposto, tendo em vista o papel que os Estados Unidos esperavam que o programa viesse a desempenhar ao ser implementado não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina, entre os anos de 1961 e 1964. Percebe-se que a *Aliança para o Progresso* desempenhou uma clara função ideológica enquanto um instrumento de luta contra o comunismo na América Latina. Ações de propaganda de combate ao comunismo foram muito importantes, assim como o aparelhamento e o apoio à expansão das forças policiais brasileiras (SILVA, 2008).

Nesse ínterim, interseções conjunturais segmentaram a narrativa mundial pós Segunda Guerra Mundial, ao passo que entre o fim da década de 1940 e início da década de 1960, o mundo estava prestes a explodir. Sem esquecer as guerras de independência dos países do continente africano contra o imperialismo europeu, nem os infinitos conflitos no Oriente Médio, nada mais obstatante, a batalha de maior evidência no momento, do ponto de vista ocidental, era a guerra potencial entre as potências bélicas americana e soviética. Esse conflito que se equilibrava numa corda bamba de bombas atômicas - a Guerra Fria - produziu uma conseqüência que fez com que os dois países em disputa, EUA e URSS, lançassem programas humanitários nas suas correspondentes áreas de atuação em favor dos seus respectivos

---

<sup>44</sup>KNAUSS, Paulo. *Arte pública e direito à cidade: o encontro da arte com as favelas no Rio de Janeiro contemporâneo*. Disponível em: <https://docplayer.com.br/21747464-Arte-publica-e-direito-a-cidade-o-encontro-da-arte-com-as-favelas-no-rio-de-janeiro-contemporaneo-1.html> Acesso em: 17 de março de 2018.



projetos de poder, no intuito de aumentar a área de dominação e influência política, ao mesmo tempo em que poderiam conter o avanço do inimigo.

De acordo com o *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* do FGV-CPDOC<sup>45</sup>, a *Aliança para o Progresso* foi um programa de assistência ao desenvolvimento socioeconômico da América Latina formalizado quando os Estados Unidos e outras vinte e duas nações do hemisfério, entre elas o Brasil, assinaram a Carta de Punta Del Este (Uruguai), em agosto de 1961. O documento destaca que os países latino-americanos deveriam traçar planos de desenvolvimento e garantir a maior parte dos custos dos programas, cabendo aos EUA o restante. A administração dos fundos norte-americanos competia em sua maior parte à United States Agency for International Development (USAID — Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional).

Reunido o Conselho Econômico e Social da OEA<sup>46</sup>, os representantes das repúblicas americanas redigiram um plano de ação segundo as diretrizes gerais do presidente Kennedy, estabelecendo o volume total de ajuda externa requerida e discutindo os detalhes operacionais necessários. Os EUA se comprometeram a fornecer, nos dez anos seguintes, uma parte substancial dos 20 bilhões de dólares que a América Latina necessitaria captar em fontes externas, concordando também em contribuir com mais de um bilhão de dólares em fundos públicos durante os 12 meses seguintes ao anúncio do plano de assistência.

O discurso do presidente Kennedy para o corpo diplomático latino-americano, na solenidade de lançamento do programa, “*foi o realce da identidade histórica e espiritual das Américas.*” (AZEVEDO, 1999. p. 97) Acreditava-se que a partir deste “*esforço conjunto e de cooperação mútua*”, até o fim dos anos 1970 seria possível reduzir as taxas de analfabetismo e o déficit habitacional pela metade, garantindo-se a infraestrutura básica destas moradias. Almejava-se, também, aumentar o comércio entre os países do continente, através da diminuição das barreiras tarifárias, estimular o desenvolvimento da indústria e da iniciativa privada, além de, por fim, aumentar o intercâmbio cultural entre os EUA e os países latino-americanos (SILVA, 2008). No encontro citado acima, o presidente continua:

Reunimos-nos... unidos pela experiência e pela determinação de fazer avançar as fronteiras da civilização americana. Reavivamos nossa Revolução

---

<sup>45</sup><http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-para-o-progresso-1> Acesso em 18 de outubro de 2018.

<sup>46</sup>Organização dos Estados Americanos.

americana até que sirva de guia às lutas dos povos em todas as partes - não com um imperialismo de força ou medo, mas como o império do valor, da liberdade e da esperança no porvir do homem. [...] Do êxito da luta de nossos povos, de nossa capacidade para lhes oferecer uma vida melhor depende o futuro da liberdade nas Américas e no mundo inteiro. (apud AZEVEDO, 1999. p. 99)

Kennedy considerava ter chegado a hora de pôr à prova o sistema em que se baseava o “mundo livre”, mesmo sendo contraditório o discurso americano pela liberdade, já que, em sua sede de poder, fere a soberania de países como Brasil, que perdem sua identidade ao permitir que sua cultura se americanize.”<sup>47</sup> Embasado em uma abordagem paralela ao assunto, algumas considerações de Foucault com relação ao “*poder*” em determinado espaço. Para ele, o “*poder*” é concebido como uma estratégia e não como uma propriedade. O “*poder*” não é um dispositivo localizado em um aparelho de Estado e nem é somente exercido pela classe dominante cujo efeito é a repressão e a violência. Ele deve ser entendido como uma relação fluante de formas e conteúdos estabelecidos pela força, como um exercício eventos que produzem reações, tornando possível um conjunto de atividades<sup>48</sup>.

Os estrategistas americanos estavam marcados por expectativas otimistas na reunião realizada em Punta Del Este, mesmo os Estados Unidos recebendo muitas críticas. A mais consistente delas partiu do então ministro de Indústria de Cuba, Ernesto ‘Che’ Guevara, que denunciou em seu discurso o plano estadunidense de utilizar a *Aliança para o Progresso* para isolar o seu país, deixando-a de fora das relações formais estabelecidas entre os países americanos. (SILVA, 2018) O projeto, que aparentemente não passava de uma fachada filantrópica, desejava a realização de um esforço intramericano de desenvolvimento econômico e social, objetivando disseminar o progresso a partir do norte<sup>49</sup>. De acordo com Cecília Azevedo (1999, p. 97):

Pela primeira, assumia-se explicitamente a interrelação dos problemas da América Latina: desigualdade social e econômica e opressão política, considerando-se fundamental uma estratégia que articulasse esses campos.

A Revolução Cubana (1959) na América latina foi substancial aos olhos dos formuladores da política hemisférica de Washington, sendo o estopim para iniciar o planejamento de ataque aos frágeis governos latino-americanos - uma contrarrevolução - para

47AZEVEDO, 1999. p 109.

48FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

49Ver AZEVEDO, 1999.

que outro ato similar ao protagonizado por Fidel Castro não se repetisse. Saturnino Braga, ex - senador da República, que acompanhou de perto e foi figura chave das transformações que afetaram o Brasil nas últimas cinco décadas revela:

John Kennedy [presidente dos EUA] não poderia admitir em hipótese alguma uma segunda Cuba brasileira. Então eles trabalharam a radicalização para criar o clima e chamar os militares brasileiros pra intervir, agora se necessário fosse eles invadiriam aqui, e o Brasil ia virar um campo internacional.<sup>50</sup>

Interessante notar aqui, o conceito de “contrarrevolução preventiva” do professor Renato Lemos citado por Arthur Silva Lins em sua monografia:

Tomando a obra de Fernandes como referência, Renato Lemos aponta que a lógica da ação das classes dominantes em torno da noção da “contrarrevolução preventiva” (2014b, p.4) é um traço estrutural de longo prazo das formas de dominação no Brasil. Segundo o autor, pelo menos desde o século XIX, os processos de modernização capitalista, acompanhados evidentemente de pressões advindas das classes sociais subalternas, foram construídos e controlados por regimes caracterizados pela ação de um bloco de poder composto por coalizões conservadoras representativas de uma “elite dirigente liberta da dependência política do voto popular”, assumindo uma estratégia de prevenção dos conflitos baseado em negociações sob o manto de reformas desmobilizadoras e/ou sobre a forma de iniciativas estatais de longo prazo. Portanto, segundo Lemos, a lógica da contrarrevolução preventiva continua presente na ação das classes dominantes nos processos de transformação capitalista da sociedade brasileira, tanto na forma como os períodos ditatoriais foram estruturados, quanto na direção política nos períodos de transição e consolidação de regimes democráticos no século XX (2018. p. 10)

De acordo com Renato Lemos (2014b, p. 5, apud LINS, 2018, p. 11):

Essas considerações decorrem da hipótese de que a contrarrevolução preventiva é um traço estrutural das formações sociais capitalistas hipertardias, caracterizadas pela posição subalterna ao imperialismo no sistema capitalista mundial. Constrangidos por esse traço estrutural se têm organizado os regimes políticos burgueses – ditaduras fascistas, militares, bonapartistas, democracias de massas ou restritas, liberais ou autoritárias – por meio dos quais é exercida a dominação de classes. Neste sentido, a noção de contrarrevolução se dissocia do seu laço necessário com a de revolução – que lhe dá um sentido reativo –, recebendo o complemento “preventiva” para que fique indicada a sua inserção no repertório de estratégias com que a burguesia conta para tentar extinguir a ameaça revolucionária antes mesmo que ela germine.

---

<sup>50</sup><https://jornalggn.com.br/ditadura/os-50-anos-politicos-de-saturnino-braga/> Acesso em 14 de julho de 2019.

O projeto da *Aliança para o Progresso* tinha em mente um objetivo claramente estabelecido, e Che Guevara estava certo: a intenção era isolar Cuba, considerado um país comunista, aliado integralmente à União soviética. Esse objetivo pode ser identificado em diversos documentos da gestão Kennedy e confirmado através de vários autores que escreveram sobre o tema<sup>51</sup>. Considerações sobre a postura dos Estados Unidos em relação a política hemisférica, Enrique Padrós, citado por SILVA (2008), define o desafio de enfrentar a *Aliança para o Progresso*:

O programa da *Aliança para o Progresso* anunciava o alvo a ser enfrentado. Se o principal objetivo era a contenção da ameaça comunista, a tradição política latino-americana era percebida como fato inibidor do sucesso do programa de combate à miséria. Ao considerar que a instabilidade política da região resultava do acirramento de classes originado de um agudo desequilíbrio econômico e de uma injusta ordem social, reconhecia-se a existência de setores dominantes marcadamente conservadores e defensores de um *status quo* excludente e autoritário. O boicote contra as reformas em curso levou essa fração da velha oligarquia a ter que enfrentar pressões dos defensores locais da Aliança e do Governo dos Estados Unidos. (2005, p. 244)

O projeto foi enfeitado para que o público - aqui parafraseando Lima Barreto, que diz que o povo luta pelos direitos, e o público apenas assiste<sup>52</sup> - o visse de uma forma que o governo estrangeiro aparecesse sensível às crescentes reivindicações de desenvolvimento econômico, progresso social e democracia, levantadas pela América Latina. Seria por uma via “democrática”, “pacífica” e de crescimento autossustentado que os países latinos livrar-se-iam da condição de pobreza. Se os EUA estivessem dispostos a investir recursos, não só estariam estimulando o “desenvolvimento” econômico dos países latino-americanos, como também se livrando de potenciais “problemas”, como os que tiveram lugar em Cuba (SILVA, 2018).

O departamento de Estado dos EUA projetava um apoio sufocante de uma política direcionada aos governos estaduais, chamada de ‘política de sanidade’. Para a concretização desta ajuda, como destacou Federico G. Gil, as metas da *Aliança para o Progresso* eram de dois tipos:

- 1) as que afetavam diretamente a vida diária das massas mal-alojadas, mal-vestidas, mal-alimentadas e analfabetas da América Latina e 2) as metas a longo prazo, de reforma e desenvolvimento socioeconômico, destinadas a elevar o nível de vida em cada um dos países, mediante programas de

---

51SILVA, 2008.

52Referindo-se ao futebol da época, em artigo da revista *Careta*, em 3 de junho de 1922.

desenvolvimento nacional, integração econômica, estabilização dos preços das matérias-primas e saneamento financeiro<sup>53</sup>.

Assim, o financiamento foi feito de diversas maneiras, como por exemplo, através do “Fundo do Trigo. No Brasil esse acordo dava continuidade aos interesses econômicos e culturais dos EUA que tinha como proposta as mudanças de hábitos alimentares com a paulatina substituição do pão de milho pelo de trigo, cereal produzido nos EUA. Neste sentido, Leeds assinala:

Os termos do Acordo do Trigo, feito entre o governo Lacerda e o USAID (Agência de Desenvolvimento dos EUA), em 1962, foram os seguintes: a quantia de 2 857 000 dólares, obtidos pela venda de cereais dos Estados Unidos ao Brasil, seria usada para a urbanização completa de uma grande favela e parcial em algumas outras, para a construção de 2250 casas de baixo custo, para a “reacomodação” dos moradores de favelas e para a construção de um grande posto de saúde numa distante região da Guanabara. O governo estadual também contribuiria com 3% de sua renda anual para implementação desses projetos<sup>54</sup>

Negociar com os governos estaduais que estivessem de acordo com suas condições era a política adotada pelos EUA diante das dificuldades com o governo federal. Um dos líderes da oposição ao governo João Goulart era justamente Carlos Lacerda. Dos governadores que se alinharam a tal política “social”, Aluísio Alves, do Rio Grande do Norte e Lacerda foram os contemplados com as verbas da *Aliança para o Progresso* para seus programas de desenvolvimento e infraestrutura. Lacerda, indignado com possibilidade de que houvesse células comunistas no interior das favelas, viu ali uma oportunidade de resolver três “problemas” de uma vez só: a limpeza sanitária, a ideológica e a mudança radical da realidade urbana em favor da lógica do lucro.

Décio Saes que usa como base para desenvolvimento de sua pesquisa, Marx e Engels, diante das proposições usadas para a problemática teórica dos tipos de Estado correspondentes a tipos diversos de relações de produção, concluiu que o teor da proposição mencionada é:

Se o estado *sempre* desempenha a função de organização da dominação de classe, ele não o faz sempre do *mesmo modo*; é por isso que o Estado assume

---

53<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-para-o-progresso-1> Acesso em 17 de março de 2019.

54LEEDS, Anthony e LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 216.

formas particulares, que correspondem a modos distintos de organização da dominação de classe: E mais: essas formas políticas particulares - ou tipos de Estado - correspondem a diferentes tipos de relações de produção: escravistas, feudais, capitalistas. (1985, p. 23)

No sentido de analisar as práticas governamentais envolvidas nesses conflitos interclassista e o seu impacto no processo de legitimação do poder político estatal, foi fundamental o trabalho do cientista político Boaventura de Souza Santos (1984). Em sua pesquisa, defronte de um contexto político bastante repressivo, o autor busca analisar os processos sociais do interior de favelas que permanentemente recebem tratamento discriminatório por parte dos aparelhos administrativos do Estado e são recorrentemente ameaçadas de remoção e expulsão<sup>55</sup>. Apesar de ter um estatuto epistemológico indeterminado e ambíguo, o conceito de “autonomia do Estado”, ou “autonomia relativa”, serve para entender o Estado como um elemento do capital que trabalha para o capital.

O período de criação da *Aliança para o Progresso* - logo após a crise que se seguiu à renúncia do presidente Jânio Quadros - coincidiu com o início de uma fase de cooperação cautelosa nas relações dos EUA com o governo do presidente João Goulart. Ao mesmo tempo em que “estimulava” Goulart em seus projetos de reforma social, a administração Kennedy insistia na urgência absoluta de medidas de estabilização financeira e controle inflacionário. Goulart aparece num discurso na ONU em 1962 justificando as nacionalizações contra os lucros excessivos, enquanto o deputado Bocaiúva Cunha, líder do governo, afirmava em uma televisão americana que uma invasão estadunidense em Cuba levaria os brasileiros a apoiarem Fidel Castro. Com um discurso inflamado e nacionalista, Bocaiúva afirma:

Não queremos que o capital privado entre, lucre rapidamente e se vá. Nos últimos 10 anos, o lucro de companhias americanas têm sido 200% ao ano, 300% ao ano, até mesmo 1.000% por ano de seu capital. Nós achamos que vocês, americanos, deveriam ter feito conosco no Brasil, a mesma coisa que os russos fizeram com a China, a China comunista. Se vocês tivessem nos ajudado como a Rússia ajudou a China comunista, o progresso e a qualidade de vida no Brasil seriam muito altos.<sup>56</sup>

As relações entre os dois países atingiram seu ponto mais crítico a partir da reunião da comissão coordenadora da *Aliança para o Progresso* em São Paulo, em novembro de 1963. Em seu discurso, Goulart praticamente ignorou os esforços da *Aliança*, concentrando suas expectativas na próxima Conferência Mundial de Comércio, a realizar-se em Genebra. O

<sup>55</sup>SANTOS, B. S. Op. cit., p. 19.

<sup>56</sup><https://www.youtube.com/watch?v=RVnf3Ap7guQ> Acesso em 18 de fevereiro de 2019.

Governo brasileiro mostrou-se ostensivamente desinteressado no desenvolvimento de um novo mecanismo multilateral para a administração da *Aliança para o Progresso*, enquanto os EUA mostraram-se cada vez mais reticentes em relação ao Brasil: não escondiam sua decepção com o fracasso do Plano Trienal<sup>57</sup> e com o desinteresse de Goulart em apoiar a política de austeridade prescrita pelo ministro da Fazenda Carlos Alberto de Carvalho Pinto, junto das autoridades financeiras internacionais. Desde então, nenhum novo acordo de auxílio seria assinado, com exceção dos relativos ao trigo norte-americano e de dotações ao programa da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

A propósito deste incidente, Federico G. Gil destacou um dos aspectos mais contraditórios na avaliação dos resultados da *Aliança para o Progresso*: em sua opinião, a sucessão de golpes militares que abalou o continente a partir da primeira metade da década de 1960 dramatizou a importância do problema político na América Latina. Ainda, segundo esse autor, os objetivos da *Aliança para o Progresso* já haviam sido postos em xeque pela derrocada dos regimes civis na Argentina e no Peru, em 1962, e, muito embora a administração Kennedy tivesse procurado não fomentar esses golpes de Estado suspendendo relações diplomáticas e de assistência econômica com os novos governantes, uma série de novos movimentos militares (na Guatemala, no Equador, na República Dominicana e em Honduras) voltou a comprometer o processo democrático, encarado como condição institucional básica para o êxito dos programas da *Aliança para o Progresso*. Por outro lado, essa negação de reconhecimento e ajuda não impediu a consolidação de tais regimes militares. Preocupada com as atividades subversivas apoiadas por Cuba, a nova administração Johnson decidiu reconhecer os governos da República Dominicana e Honduras, autorizando a retomada dos programas da *Aliança para o Progresso* em ambos os países<sup>58</sup>.

A controversa presença de milhares de jovens norte-americanos no Nordeste brasileiro na década 1960, participantes do programa de voluntariado Peace Corps é o tema central do

---

<sup>57</sup>O Plano Trienal foi uma proposta elaborada pelo economista Celso Furtado que visava combater a inflação e fazer o Brasil crescer a uma taxa de 7% ao ano, além de iniciar uma política de distribuição de renda. A execução do Plano Trienal partia do princípio de substituição das mercadorias importadas por mercadorias nacionais, feita de forma gradual. Acreditava-se, assim, que a valorização da mercadoria interna ajudaria a aquecer o mercado nacional e alavancar a economia. [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O\\_plano\\_trienal\\_e\\_a\\_politica\\_economica](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_plano_trienal_e_a_politica_economica) Acesso em 16 de julho de 2019.

<sup>58</sup><http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-para-o-progresso-1> Acesso em 17 de março de 2019.

documentário *Em nome da América* do cineasta Fernando Weller<sup>59</sup>. O documentário traz à tona as contradições entre a política exterior norte-americana inaugurada por Kennedy e as motivações dos voluntários, que se viram atônitos diante das mazelas de uma região marcada pela fome e pela violência. O golpe militar de 1964 no Brasil<sup>60</sup> e Guerra do Vietnã<sup>61</sup>, revelam o temor das elites e dos governos de que o Nordeste brasileiro se tornasse uma nova Cuba. É mostrado também o projeto como uma política internacional que visava minar a influência comunista no Nordeste do Brasil, representada supostamente pelas Ligas Camponesas. De acordo com Cecília Azevedo (1999):

Os rumos que o programa tomou tornam evidente sua utilização como instrumento de barganha em favor da hegemonia dos Estados Unidos, naquele contexto imediatamente posterior à Revolução Cubana, em plena Guerra Fria. A distância entre os termos idealistas do discurso americano e os resultados efetivos alcançados é desconcertante. O ingresso efetivo do capital ficou bem aquém do prometido e, o que é pior, as prioridades acabaram invertidas, esvaziando o sentido político da aliança. O pragmatismo falou mais alto e a aproximação com governos militares foi muito além da mera tática para o alcance gradual da democracia, como bem demonstra o exemplo brasileiro.

Ao longo de quase dez anos de funcionamento, a *Aliança para o Progresso* recebeu inúmeras críticas tanto de especialistas de setores liberais quanto de esquerda da opinião pública latino-americana, que atacavam as deficiências de sua estrutura e a irrealidade das metas, encarando-as como instrumento a serviço dos interesses econômicos e estratégicos dos EUA no hemisfério. Podem até parecer superficiais as análises que se limitam à aplicação do programa o rótulo de “imperialismo”, assumindo que este era a verdadeira essência da retórica de Kennedy. É necessário ter em mente que o imperialismo revela-se como um elemento atemporal, flexível, com uma capacidade de adaptação extraordinária, metamorfoseando-se nas estruturas legais do poder constituído, porém não sujeito a mudanças, no que se diz a respeito de seus espectros causais (AZEVEDO, 1999).

---

<sup>59</sup>O filme foi assistido no Festival do Rio, em novembro de 2018. Atualmente está disponível no Canal Brasil. <https://emnomedamerica.com.br/>

<sup>60</sup>Jango logo foi derrubado por um movimento político-militar. Com o golpe militar e o início da ditadura no Brasil, o fechamento dos canais democráticos criou as condições para as remoções arbitrárias, piorando ainda mais a situação.

<sup>61</sup>A Guerra do Vietnã foi um conflito armado que começou no ano de 1959 e terminou em 1975. Esta guerra pode ser enquadrada no contexto histórico da Guerra Fria. O Vietnã havia sido colônia francesa e no final da Guerra da Indochina (1946-1954) foi dividido em dois países. O Vietnã do Norte era comandado por Ho Chi Minh, possuindo orientação comunista pró União Soviética. O Vietnã do Sul, uma ditadura militar, passou a ser aliado dos Estados Unidos e, portanto, com um sistema capitalista.



Com o financiamento americano (USAID) <sup>62</sup>, entre 1962 e 1965, foram construídas a Cidade de Deus e as vilas Kennedy e Aliança. Todos (as) os (as) moradores (as) com quem tive a oportunidade de conversar disseram que “o dinheiro dos americanos que construiu a Vila” e que o presidente Kennedy havia visitado a comunidade; ou que ele só queria “o bem” e era um “cara legal”. Mal sabem eles que a aproximação do governo americano tinha como horizonte frear o avanço da ascensão comunista e garantir um clima favorável aos investimentos estrangeiros e estabilidade monetária. Liberdade para o capital. (AZEVEDO, 1999) Concluindo, segundo a mesma autora:

O presidente norte-americano é visto como uma pessoa próxima, quase íntima. Chega-se a dizer que Kennedy esteve na Vila. Dele se diz que era simpático, franco, democrático bom, com interesse real em ajudar os pobres da América latina. Vários depoentes, negros e brancos, mencionaram sua sincera preocupação com os negros e há ainda a associação dessa disposição ao fato do presidente ser católico. Seu assassinato foi também quase sempre mencionado, e atribuído justamente às suas qualidades, em especial sua determinação em lutar contra o racismo. “Morreu por que era bom” foi uma frase ouvida com frequência. Confirmando essa ideia, afirma-se que depois da sua morte, as verbas da Aliança para o Progresso deixaram de chegar, impedindo que o projeto integral da Vila Kennedy pudesse ser executado. (1999. p. 109)

#### **4. 1960 - 1965: GOVERNADOR CARLOS LACERDA, O CORVO**

Carlos Frederico Werneck de Lacerda nasceu em 1914, no Rio de Janeiro. Sua família possui laços na política há tempos, tendo participações decisivas nos principais lances da política brasileira, desde a República até o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954. Por volta de 1870, abolicionista e republicano, seu avô, Sebastião de Lacerda, um prestigiado representante da oligarquia fluminense, entrou na vida pública. Entre 1910 e 1940, Maurício de Lacerda, o filho mais velho de Sebastião, tornara-se socialista com destacada atuação na luta pelos direitos dos operários, enquanto seus irmãos (tios de Carlos Lacerda) Fernando e Paulo Lacerda, líderes do Partido Comunista Brasileiro, foram secretários-gerais desta agremiação<sup>63</sup>. Entre 1930 e 1960, Carlos Lacerda, percorreu o espectro político nacional da

---

<sup>62</sup>A Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, mais conhecida por seu acrônimo em inglês USAID, é um órgão do governo dos Estados Unidos encarregado de distribuir ajuda externa de caráter civil. <https://www.usaid.gov/> Acesso em 16 de julho de 2019.

<sup>63</sup>MOTTA, Marly Silva Da. *Carlos Lacerda: De demolidor de presidentes a construtor de estado*. Nossa História. Rio de Janeiro, nº19, p. 25-72, maio, 2005.

esquerda à direita, sendo inicialmente tesoureiro do Partido Comunista, depois consolidando-se como o principal adversário de Getúlio e em seguida, do getulismo (OLIVEIRA, 2018), sendo um dos líderes da União Democrática Nacional(UDN).

Em 1934, abandonou o curso de direito para se dedicar inteiramente à militância na Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização que reunia a oposição de esquerda ao governo Vargas. A violenta repressão ao movimento comunista de novembro de 1935 o levou à clandestinidade até 1938, quando foi trabalhar na revista *O Observador Econômico e Financeiro*. Um artigo seu, publicado na edição de janeiro de 1939, foi considerado prejudicial ao PCB e provocou sua “expulsão” do partido. Em plena ditadura do Estado Novo, obrigado a abandonar o círculo intelectual e político da esquerda, associou então, ao anti-getulismo trazido da juventude, um forte anticomunismo.<sup>64</sup>

De acordo com Marly Motta (2005), Lacerda ganhou notoriedade como jornalista ao publicar no *Correio da Manhã*, em 22 de fevereiro de 1945, uma entrevista com o escritor e político José Américo de Almeida, em que este, rompendo o bloqueio da censura à imprensa, criticava o regime ditatorial de Vargas. No mesmo jornal, lançou a coluna *Na tribuna da imprensa*, destinada a cobrir os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte (1946), e aprofundar a discussão e a cisão entre parte da população que defendia a população carente que vivia nas favelas, como a Igreja Católica, e os que se uniram ao movimento “anti-favela”, como a campanha “A Batalha do Rio” lançada por ele<sup>65</sup>. Isto foi o trampolim para um cargo na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, nas eleições de 1947<sup>66</sup>.

Eleito, renunciou pouco depois, e, em 27 de dezembro de 1949, fundou a *Tribuna da Imprensa* – nome da seção criada no emprego antigo, que fazia a “crônica da Constituinte” e “reportagem sobre a vida nacional” - representando as propostas da UDN, e fazendo oposição às forças políticas vinculadas ao getulismo eleito em 1950 como presidente. Em entrevista à *Folha da Noite*, jornal de São Paulo, em junho de 1950, ele disse: “O Sr. Getúlio Vargas, senador, não pode ser candidato. Se for, não pode ser eleito. Se eleito, não pode tomar posse. Empossado, devemos recorrer a revolução para impedi-lo de governar.”<sup>67</sup>. Além disso, um de seus alvos passou a ser o jornal a *Última Hora*, de propriedade de Samuel Wainer, a quem acusava de ter obtido empréstimos favorecidos junto aos bancos oficiais para fundar um órgão

64Idem.

65[http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276646435\\_ARQUIVO\\_ARTIGOANPHU.pdf](http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276646435_ARQUIVO_ARTIGOANPHU.pdf)  
Acesso em 16 de julho de 2019.

66PICCOLO. 2006, p.131.

67[http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842\\_07&pagfis=86475&url=http://memoria.bn.br/docreader#](http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=86475&url=http://memoria.bn.br/docreader#) Acesso em 16 de julho de 2019.

governista. Foi a pedido de Wainer que o caricaturista Lan desenhou Lacerda como um corvo, símbolo de mau agouro e de morte<sup>68</sup>.

Em agosto de 1954, Lacerda sofreu um atentado na entrada do edifício onde morava na Rua Tonelero, em Copacabana. Ele foi ferido no pé, porém o major-aviador Rubens Vaz, que naquele dia lhe dava proteção, foi morto. Os tiros foram o golpe fatal no cambaleante governo de Vargas, que pouco tempo depois se suicidou. Chamado de “assassino de Vargas”, Lacerda teve que se esconder para escapar da fúria da multidão, que acorreu às ruas para chorar a morte do “pai dos pobres”.

Na Câmara, onde permaneceu de 1955 a 1960 – em 1958, foi, mais uma vez, eleito como deputado federal mais votado no Distrito Federal com uma diferença de quase 40 mil votos sobre o segundo colocado, Lutero Vargas, filho de Getúlio. Ganhou a fama de “demolidor de presidentes”, que se firmaria em novembro de 1955, quando assumiu a liderança civil do movimento que tentou impedir a posse dos eleitos em outubro, Juscelino Kubitschek e João Goulart. Escreveu em editorial da primeira página da *Tribuna*, no dia 9, o que já falara anteriormente: “*Esses homens não podem tomar posse; não devem tomar posse; não tomarão posse*”<sup>69</sup>.

A transformação da cidade do Rio de Janeiro em estado da Guanabara, devido à transferência da capital para Brasília em abril de 1960, abriu uma nova perspectiva para a sua carreira política: ser o primeiro governante do Rio eleito diretamente pelos cariocas. Para ele, ganharia a eleição o candidato que se mostrasse mais capaz de conciliar a construção da nova Guanabara com a manutenção de um lugar privilegiado para o Rio de Janeiro na federação, como ex-capital<sup>70</sup>. Apesar da perda do status de capital federal, o espaço continuou tendo a mesma importância como uma espécie de “palanque informal da nação”, onde era a válvula central dos protestos<sup>71</sup>.

O caráter especial do Rio de Janeiro como uma cidade-capital, pode ser explicado pela definição que Marly Motta dá a esse termo: “*lugar da política e da cultura, como núcleo da sociabilidade intelectual e da produção simbólica, representando, cada uma à sua maneira, o*

---

68<http://www.tribunadaimprensasindical.com/2017/03/a-falta-que-lacerda-faz.html> Acesso em 16 de julho de 2019. Ano 1967\Edição 22862. Capa.

69MOTTA. 2005.

70Idem.

71<https://www.youtube.com/watch?v=m0osiTceC2Y> Documentário *O Rio por Eles*. Episódio 2. RODRIGUES; Ernesto. 2015. Acesso em 07 de março de 2019.

*papel de foco da civilização, núcleo da modernidade, teatro do poder e lugar da memória”* <sup>72</sup>. Esse caráter peculiar do Rio de Janeiro será compreendido como um fator importante na construção do personagem presidencial de Carlos Lacerda, até então mais adequado à imagem de “demolidor” do que à de “construtor”, do que como um político-gestor, capaz de administrar um estado e conduzir as ações necessárias para o seu desenvolvimento (OLIVEIRA, 2008).

Lacerda procurava uma nova vocação para fazer da Guanabara um modelo para o Brasil, já que houvera uma fuga das indústrias junto a uma decadência acentuada dos serviços públicos, que ainda estavam presos a antigos contratos com concessionárias multinacionais. A falta de investimentos em iluminação, telefonia, transporte e serviços essenciais à população já provocava alguma desordem na cidade. A transferência da capital para Brasília visava uma série de coisas para o futuro do Brasil, como eventualmente levar a industrialização para o Centro-Oeste, sendo a porta de industrialização brasileira, ou tirar centro de poder do foco das agitações sociais. Os primeiros cinco anos de governo da Guanabara poderiam ser fundamentais para ele sair dessa condição deprimida e falida, reformulando-se e reapresentando-se como uma cidade que ainda tinha jeito<sup>73</sup>.

De acordo com Cecília Azevedo (1999), ao tornar-se oficialmente candidato ao governo do Estado, além de aproveitar-se da campanha ideológica no país, revelando seu desgosto com o comunismo ao dizer abertamente ser contra ele, e que nunca teve medo dele<sup>74</sup>, mesmo tendo sido membro do partido na juventude -, expõe também seu plano de Governo, evidentemente oposicionista: reconstruir a cidade, devastada e abandonada pelo Governo federal - à época chefiado por Juscelino Kubitschek -, realizando inúmeras obras de infraestrutura. O plano institucional era industrializar a Guanabara, construir rodovias e criar pólos de trabalho nas periferias, gerando emprego para os moradores que estavam sendo removidos das áreas nobres e centrais da cidade. Isso era o que ele dizia. Em 1960, o eleitorado foi às urnas para eleger não só o governador do estado, mas também o sucessor de JK na presidência da República. Jânio Quadros venceu o general Lott com uma margem mais confortável que a de Lacerda sobre seus opositores, o deputado Sérgio Magalhães (PTB-PSB) e Tenório Cavalcanti (...), político do município de Duque de Caxias, que conseguiu arrebanhar mais de 20% dos votos cariocas. Vencida a eleição, os desafios do político radical,

---

<sup>72</sup>MOTTA. 2001, p. 24.

<sup>73</sup><https://www.youtube.com/watch?v=g3MtoJEScfl>. Acesso em 18 de fevereiro de 2019.

<sup>74</sup><https://www.youtube.com/watch?v=1m2JNFLhcuc> Acesso em 7 de novembro de 2018.

que desprezava a “política da conversa”, - era como articular apoios para governar, fazer alianças com os grupos locais, construir, enfim, as bases políticas de um novo estado - seriam múltiplos (MOTTA, 2005).

O primeiro, e mais óbvio, era a construção do novo estado: a articulação com o legislativo era fundamental para desenhar uma Constituição que correspondesse à sua ideia de organização administrativa, bem como lançar as bases para as obras necessárias ao novo estado e à construção da imagem do governador como administrador competente. Em segundo lugar, Lacerda precisava utilizar a força do Executivo para assegurar o controle da UDN da Guanabara, projetando esse domínio para a UDN nacional. Finalmente, era necessário usar o capital político trazido pela posição de “primeiro governador eleito” para criar na Guanabara uma nova estrutura de poder, que garantisse a Lacerda o direito de ocupar o lugar vazio de “chefe” do novo estado, e com isso se lançar candidato à presidência da república<sup>75</sup>. Diante da visibilidade do cargo ocupado, André Lopes de Oliveira comenta:

Lacerda construiu sua imagem de presidenciável entre 1960 e 1965, a partir do exercício do governo da Guanabara, e como atuou durante a campanha para a sua sucessão, tendo como pressuposto sua compreensão do papel maior desta eleição: ao mesmo tempo em que definia o novo governador da Guanabara, servia como prévia e teste de força de sua campanha presidencial, consolidando sua imagem como um potencial candidato. (2018, p. 14)

Vejamos o que Fátima dos Santos diz:

Ao ser eleito governador do estado da Guanabara, em 1960, desta vez sem necessidade de retórica, porque já detinha grande poder, após uma vitória bastante satisfatória nas urnas, passou então a implementar suas reais propostas para as favelas. Podia, agora, sem maiores disfarces e com bastante violência, defender os interesses das classes dominantes, dos empresários da construção civil e do mercado imobiliário. E também defender os seus interesses particulares de apresentar sua gestão na cidade-estado da Guanabara como cartão de visitas para pleitear sua candidatura ao cargo de presidente do país em 1965<sup>76</sup>.

André Lopes escreve que a relação nostálgica com o passado, de uma visão orgânica da *urbe*, norteou o conceito urbanista do governo Lacerda. Isso era bom, conforme seu ponto de vista, visto que se aproximava das comemorações do IV centenário da cidade. Ele acredita

---

<sup>75</sup>Op. Cit., OLIVEIRA, 2008

<sup>76</sup>SANTOS, Fátima Nascimento dos. Op. cit., p. 98.

que as reformas urbanas no período citado podem ser classificadas em três vetores: o eixo social, o viário e o cultural.

O eixo social privilegiou as áreas de educação, saneamento e habitação. [...] Na habitação, a prioridade foi resolver a questão da favelização do Rio de Janeiro, seja através da promoção de melhorias e urbanização (por exemplo, na Mangueira ou no Pavão-Pavãozinho), seja pela transferência de seus moradores para bairros construídos pelo governo. Durante o governo Lacerda, foram construídos os conjuntos habitacionais de Vila Kennedy, Cidade de Deus, Vila Aliança e Vila Esperança, onde foram alojados mais de 30 mil moradores das favelas do Esqueleto, Pasmado e Ramos, entre outras. (*op. cit.* 2018, p. 50)

No eixo viário, foram realizadas obras que visavam integrar as diversas regiões da Guanabara, facilitando o acesso do Centro às zonas Norte, Sul e Oeste, bem como organizar o trânsito entre estas, sem a necessidade de passar pelo Centro. A Avenida Rio Branco, principal, já tinha um trânsito intenso na década de 1920<sup>77</sup>. Das obras realizadas, concluídas ou iniciadas no governo Lacerda, podemos destacar os túneis Rebouças e Santa Bárbara, o Elevado do Joá, a Avenida Radial Oeste, o Viaduto dos Marinheiros, bem como a duplicação da Avenida Brasil até Deodoro, e a construção de seu prolongamento de Campo Grande até Santa Cruz. (OLIVEIRA, 2018)

Quando Lacerda assumiu a função, as favelas estavam em expansão na cidade: localizavam-se nas proximidades dos empregos, nas indústrias instaladas na Zona Norte, e dos serviços, na Zona Sul. Dados da historiadora Armelle Enders mostram que estas regiões abrigavam mais de 330 mil pessoas em 1960, e aos poucos ocuparam, também, os arredores industriais da Avenida Brasil<sup>78</sup>. Vale lembrar, que ainda como jornalista, Lacerda promoveu, entre maio e junho de 1948, uma vigorosa campanha pela extinção das favelas, articulada pelo jornal *Correio da Manhã*, que ficou conhecida como “a Batalha do Rio de Janeiro” – símbolo indicativo da complexidade e da dimensão do tema, que envolvia correntes políticas e religiosas.

Dentro do conceito de renovação urbana, iniciou o programa de remoção das favelas, cheio de marcas de preconceito. “O ambiente era considerado sujo, pernicioso, e o favelado visto como vagabundo, promíscuo, marginal”, lembra o historiador Mário Brum, especialista

---

<sup>77</sup><https://www.youtube.com/watch?v=3JhifC5Fis>. Documentário *O Rio por Eles*, 2015. Episódio 1. Acesso em 19 de fevereiro de 2019.

<sup>78</sup><http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/rio-de-janeiro/71-um-rio-de-muitos-janeiros/3363-o-rio-de-janeiro-entre-as-remocoes-e-os-conjuntos-habitacionais> Acesso em 05 de março de 2019.

na história das remoções de favelas no Rio<sup>79</sup>. O discurso do Governador era que se tirassem as pessoas da favela, elas poderiam se desenvolver em um ambiente melhor e mudar de vida, e que teriam uma promoção social ao se tornarem proprietários de uma casa. Segundo o historiador, os conjuntos habitacionais eram oferecidos como uma chance para que os favelados, estigmatizados, mudassem de vida. Maria Laís Pereira da Silva (*apud* PAULO; Paula Paiva, 2013. p. 35) diz:

O então governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, trabalhou com as duas perspectivas, primeiro, com o Serfha, com a perspectiva da urbanização. Depois, com a extinção do Serfha, a demissão de José Arthur Rios, e a subordinação dos órgãos habitacionais à Secretaria de Serviços Sociais, criada em 1963, foi concretizada a redefinição da política habitacional, que passou a trabalhar com muito empenho com a perspectiva remocionista, já que, com a especulação imobiliária, políticos e construtoras tinham interesse na “desfavelização” da Zona Sul.<sup>80</sup>

Andréa Casa Nova Maia, por meio do exemplo da privatização da ferrovia de Minas Gerais, expõe o papel do Governo e da mídia no processo de privatização das ferrovias nacionais, através de planos de publicidade organizados, quase militarmente, para transmitir a falsa imagem de que a privatização seria o melhor negócio para os trabalhadores (não muito distinto do que ocorre hoje em dia).

Além do sucateamento da malha, a publicidade massiva que fora montada a partir de 1996 possuía por finalidade persuadir a sociedade, e em especial os ferroviários, das vantagens econômico-sociais que a desestatização propiciaria ao país. Contudo, o que ocorreu foi a redução de investimentos em áreas primordiais como as oficinas e a desativação de estações e ramais sem a análise dos custos sociais provocados por tais ações<sup>79</sup>. (MAIA, 2009, p.151)

Maia nos mostra que o sucateamento das estradas de ferro serviu, em grande medida, para o favorecimento dos empresários donos de grandes montadoras de carros no país<sup>81</sup>. Deste modo, o plano de desenvolvimento, imbuído numa auspiciosa comunicação, serviu como uma

---

<sup>79</sup><https://asmetro.org.br/portalsn/2018/04/13/nascida-da-remocao-de-favelas-vila-kennedy-vive-deja-vu-apos-virar-bairro-piloto-de-intervencao-no-rio/> Acesso em 16 de julho de 2019.

<sup>80</sup><https://jornalocasarao.files.wordpress.com/2013/12/das-rac3adzes-histe3b3ricas-das-remoc3a7c3b5es-c3a0-construc3a7c3a3o-da-cidade-olc3admpica.pdf> Acesso em 08 de janeiro de 2019. Livro-reportagem de Paula Paiva Paulo apresentado como projeto experimental como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social – habilitação Jornalismo – sob a orientação da profa. Sylvia Moretzsohn. IACS/UFF. Niterói: 2013.

<sup>81</sup>Cf. PICCOLO, 2006, p.151.

fantasmagórica ferramenta de controle social escondida em propagandas enganosas, cujo objetivo era favorecer a elite do país. Este fato assemelha-se às falsas propagandas que justificaram os milhares de ações de despejo que o Governo executa desde as reformas de Pereira Passos, passando por Lacerda, até chegar nas remoções da Vila autódromo em 2013. Favorecendo, no fim das contas, muito mais as classes altas do que as classes baixas.

A erradicação dos aglomerados habitacionais não era importante somente pela resolução da questão urbana, mas também em razão de uma lógica higienista/capitalista, na qual o setor da construção civil era extremamente beneficiado. Pois a utilizava para ter acesso a algumas áreas que ainda eram ocupadas por habitações coletivas e se tornaram valorizadas com a reforma urbana, logo, enfatizavam a necessidade de destruição dos cortiços e a diminuição da densidade populacional no centro da cidade<sup>82</sup>. Em contrapartida, edificavam a urbe e ressaltavam a urgência da construção de moradias higiênicas que,

[...] deveria incorporar inovações técnicas e sanitárias de alto custo; a moradia deveria ser ampla, iluminada, arejada e com número reduzido de ocupantes. Para torná-la barata e acessível à classe trabalhadora, as empresas construtoras consideravam imprescindíveis as facilidades e isenções através das concessões.<sup>83</sup>

Assim, podemos perceber uma relação de interesse mútuo entre o capital imobiliário e o Estado, já que este estimulava a iniciativa privada com a concessão de privilégios para a construção de “casas operárias”, ocasionando a expansão e o crescimento econômico do setor da construção civil e imobiliário, enquanto o Estado conseguia colocar em ação seu projeto modernizador da urbe. É visível a utilização do discurso higienista com o intuito de erradicar os aglomerados habitacionais e expulsar a população empobrecida da área central da cidade, que neste momento tornava-se extremamente valorizada e disputada, ao ponto de os proprietários preferirem derrubar as construções para vender o terreno, do que transformá-las em cortiços. *“Desta maneira, cristaliza-se o modelo segregador do espaço carioca [que] teria sido estruturado principalmente a partir dos interesses do capital, sendo legitimado e consolidado indiretamente pelo o Estado.”*<sup>84</sup>.

---

82MATTOS, Rômulo Costa. Op. cit., p. 61

83Idem. Ibidem. p. 63.

84ABREU, Maurício de. A Evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPHANRIO, 4ª edição, 1987. p. 8.



Em 1962, foi criada por Lacerda, com recursos do *Acordo do Trigo*, a cooperativa da Habitação Popular do Estado da Guanabara (COHAB)<sup>85</sup>. A COHAB iniciou suas atividades, construindo, num período inferior a três anos, os conjuntos de Vila Aliança, em Bangu; Vila Kennedy, em Senador Camará; e Vila Esperança, em Vigário Geral, que abrigaram, de imediato, uma população de 37 mil habitantes oriundos de 32 favelas erradicadas, parcial ou totalmente, no mesmo período, todas situadas muito longe do centro da cidade. Tecendo a teia da lógica capitalista, Mário Brum, no livro *Cidade Alta - História, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro*, demonstra o alinhamento do governador ao usar o *Fundo de Trigo* como ferramenta política:

Outra característica de Lacerda é o alinhamento com a política norte-americana. O governador assinou o Acordo do Fundo do Trigo com os Estados Unidos, que destinou uma boa quantidade de recursos para a questão das favelas. A assinatura foi feita com grande divulgação na época e esse seria o instrumento pelo qual Lacerda executaria seu projeto de modernização da cidade alinhado aos paradigmas estadunidenses<sup>86</sup>.

A ascensão do Partido Comunista no contexto da redemocratização em 1945 e da Constituinte de 1946, foi particularmente importante no Distrito Federal. A formação de “Comitês Democráticos” pelo partido significou uma aproximação com as favelas e com os setores populares, tendo em vista a construção de um partido de massa, buscava inserir-se no jogo democrático e aumentar seu número de votantes para alcançar força nas instituições democráticas liberais (PANDOLFI, 1995). O bom desempenho eleitoral do PCB no Distrito Federal, levou a eleger 22,5% dos candidatos da bancada carioca na Constituinte, e depois, levou-o a eleger a maioria na Câmara dos Vereadores, em 1947. No Rio de Janeiro, os comunistas eram uma ameaça às intenções de hegemonia de outros partidos, não à toa, a caça ao partido comunista, em 1947, teve como consequência a repressão dos canais de representação popular criados pelo PCB<sup>87</sup>.

Em julho de 1963, Lacerda foi à televisão divulgar uma “Carta ao Povo”, distribuída também aos jornais. Nela, Lacerda denuncia as ações de “cerco” que a Guanabara estaria sofrendo do governo federal, que julgava uma conspiração “*dos desonestos, dos*

---

85SANTOS, Fátima Nascimento dos. Op. cit., p. 100.

86Apud PAULO; Paula Paiva, 2013, p. 36.

87RODRIGUES; Samuel Silva. A “*Batalha do Rio de Janeiro*” e a representação da “*favela*”. [http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276646435\\_ARQUIVO\\_ARTIGOANPHU.pdf](http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276646435_ARQUIVO_ARTIGOANPHU.pdf) Acesso em 16 de julho de 2019.

*incompetentes, dos comunistas e dos seus auxiliares contra o esforço e a integridade de um governo honrado, o governo da Guanabara*". De acordo este pronunciamento, "o governo federal se atira contra a Guanabara com o ímpeto de quem move uma guerra contra uma nação inimiga", tomando medidas para desabastecer a população de produtos alimentares, promovendo greves, criando o caos para justificar uma intervenção. "A Guanabara", conclui, "é um estado sitiado"<sup>88</sup>. De acordo com André Lopes de Oliveira (2018), o governo agia dessa forma, porque era composto por "desonestos e renegados, filhos da ditadura e pais da podridão", que "se disfarçam de democratas e nacionalistas para promover a desordem e trair a nação", e procuram "destruir no povo a confiança no regime democrático". Ao dizer que o governo federal queria destruir a "semente lançada na generosa terra carioca, a esperança do povo brasileiro em melhores dias, de honradez e de trabalho na vida pública."<sup>89</sup> Mais uma vez, Lacerda associava sua imagem à da Guanabara, como se encarnasse o espírito da bela capital: a Guanabara está sitiada, e devemos resistir, sob a liderança do seu governo "honrado", que se contrapõe aos "desonestos e renegados", "comunistas" que procuram solapar a democracia, que deve ser defendida a qualquer preço.

O episódio da "Rebelião dos Sargentos" serviu de combustível para a radicalização do discurso e o fortalecimento dos receios quanto a uma escalada comunista no país, pois como dizem Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes, a rebelião "materializou, tragicamente, o que até então era assunto de propaganda considerada alarmista e irresponsável; a partir daí, deixou de ser"<sup>90</sup>.

Não havia como não ficar impressionado com o episódio. Afinal, um grupo de sargentos e fuzileiros, mal articulado, como acabou sendo comprovado, havia tomado a capital da República e prendido os presidentes dos poderes Legislativo e Judiciário! Era o caso de se pensar: o que poderia fazer um grupo maior e mais bem articulado, como a ala janguista do Exército, que dispunha do apoio de generais e centenas de oficiais com comando de tropa? As direitas se fortaleceram com o episódio. Os conspiradores, que eram ainda uma minoria sem grande expressão, inclusive no interior das Forças Armadas, ganharam muitos aliados. A direita golpista passou a dispor de argumentos sólidos e concretos para levar adiante seus planos contra o governo Goulart. As ameaças do comunismo, do caos político, da desordem civil e da indisciplina militar deixavam de ser exercícios de imaginação para se transformar em realidade<sup>91</sup>.

---

88CORREIO DA MANHÃ, 7 de julho de 1963.

89CORREIO DA MANHÃ, 7 de julho de 1963.

90FERREIRA & GOMES: 2014. p. 183.

91FERREIRA & GOMES: 2014, p. 182-3.

Ao assumir oficialmente sua candidatura, no fim de 1963, Lacerda buscava claramente se posicionar como antagonista ao governo. Subia o tom cada vez mais ao atacar Goulart, posicionando-se como o único capaz de salvar a democracia no Brasil e deter o “caos comunista”.

Em outubro, Carlos Lacerda deu entrevista ao jornal americano *Los Angeles Times*, que é publicada com o título “Governador prevê a queda de Goulart e aconselha os Estados Unidos a negar financiamento de ajuda”. Nessa entrevista, Lacerda diz que o governo brasileiro estava nas mãos dos comunistas e que as massas estavam enojadas, fartas dessa “revolução artificial, articulada nos gabinetes” e da subversão provocada pelo governo (OLIVEIRA, 2018, p.76).

Lacerda ainda permanecia à frente do governo da capital, e as linhas mestras da reforma vieram de um projeto realizado pelo urbanista grego Constantinos Doxiadis, que guardava um espaço para a questão habitacional no tocante às favelas. Se por um lado existia no estudo uma sintonia com a realidade, já que sugeria a reurbanização ou recuperação de algumas, por outro, ficava evidenciado que a matéria era parte da formulação geral de um plano de ordenamento físico da cidade do que como questão social, tendo em vista que não se prejudicasse os objetivos contidos no projeto. Assim, por exemplo, a questão do saneamento dialoga com a retórica sanitária, já que “sanear” um morro significava demolir as suas habitações, tidas como insalubres. E a política sanitária reverberava dentro dos planos estabelecidos pelo governador Lacerda, principalmente com a secretária de Serviços Sociais, a deputada udenista Sandra Cavalcanti, que removeu inúmeras favelas para conjuntos habitacionais. O programa habitacional do BNH, criado naquela ocasião, teve início no Rio de Janeiro, onde cerca de 30 mil pessoas se inscreveram<sup>92</sup>.

A grande área de extensão entre o Distrito Industrial de Bangu e a Zona Rural de Campo Grande, era considerada a área ideal, pois estava bem distante dos holofotes da imprensa estrangeira e seria “ótimo” para o Governo “esconder” a população que crescia de forma rápida nas favelas, como se fosse esconder a “sujeira” da cidade debaixo do tapete. Uma ex-moradora do Morro do Pasmado responsabiliza os Estados Unidos pela remoção, já que era a maneira de evitar que os turistas americanos que vinham para o carnaval sentissem

---

92<<http://www.edgarlisboa.com.br/a-incomparavel-deputada-sandra-cavalcanti-paulo-fernando/>> Acesso em 18 de fevereiro de 2019.

medo da favela (AZEVEDO, 1999, p. 110). Incêndios programados foram instaurados para pôr em prática a política de higienização, acelerando as remoções das favelas (parte da estratégia de limpeza sanitária nas habitações populares), que já eram uma política conhecida da população pobre do estado da Guanabara à época. Em Azevedo (1999, op. cit., p. 106):

Lacerda justifica o incêndio das favelas, dizendo que essa providência foi tomada para evitar que os operários responsáveis pela demolição se arriscassem a contrair tétano e outras doenças, já que as favelas eram insalubres e estavam cheias de rato.

O morador Ademar lembra que sua impressão ao chegar à Vila Kennedy no dia 18 de janeiro de 1964 foi "*a pior possível*"<sup>93</sup>, ainda mais quando notou que no mesmo dia, Sandra Cavalcanti louvava a "revolução social" em *O Globo*<sup>94</sup>. A casa era de alvenaria, ao contrário do barraco de madeira onde sua família vivia, no Parque Proletário da Gávea. Afora a vantagem das paredes sólidas, a casa não tinha luz, nem água encanada, nem porta, nem janela. E não havia, sobretudo, uma comunidade a seu redor. "*Não tinha um comércio para comprar comida. Passamos muita fome no início. Trataram a gente pior do que animal*", diz Ademar. Para ele, Carlos Lacerda foi um "*representante dos ricos, da alta sociedade*", cuidando de promover a valorização imobiliária das regiões mais abastadas do Rio. "*Foi o golpe da elite*". "*Tiraram a gente da Gávea sem nos pagar indenização nenhuma e nos botaram na Vila Kennedy para pagarmos prestações*". Os irmãos de Ademar lembram com saudade das idas para a praia do Leblon e "*do pouco de comida que sobrava das madames*", que vira e mexe a mãe conseguia levar para casa quando moravam na Gávea. Na Vila Kennedy, passaram a conviver menos com a mãe, que tinha que dormir no serviço na zona sul<sup>95</sup>.

Outro morador, Assis Braga, de 78 anos, funcionário público aposentado e morador da Vila Kennedy há 53 anos, fala com saudade da adolescência passada ao lado do estádio do Maracanã, "*novinho*", inaugurado para a Copa do Mundo de 1950, antes de sua família, das duas mil que foram removidas da favela do esqueleto, ser removida: "*Era uma comunidade muito bem formada. Ninguém veio para cá satisfeito, mas não tinha outra saída. Carlos Lacerda tirou todos os moradores de lá*", diz Assis, que foi removido aos 25 anos, já casado e

---

93<<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43720716>> "Nascida da remoção de favelas, Vila Kennedy vive 'déjà-vu' após virar bairro-piloto de intervenção no Rio." Acesso em 05 de março de 2019.

94Idem.

95Idem.

pai de quatro crianças. Segundo a matéria<sup>96</sup>, apesar das realizações que teve no âmbito pessoal, considera a Vila Kennedy uma das grandes vítimas do abandono do Rio - um símbolo de promessas não cumpridas e de políticas desiguais para uma cidade desigual. *"Iam fazer fábricas aqui para poder empregar a comunidade, mas nunca aconteceu. Os governos nunca olharam para a Vila Kennedy como deveriam olhar. O Lacerda só olhou pela zona sul. Tirou as favelas de lá e mandou os moradores para os subúrbios. Fez aquilo para construir prédios para os que têm dinheiro, tirando a pobreza que estava enfeando". "Tirou os pobres para botar os ricos". Assis reclama de quem chama o local de "favela". "Nós pagamos todos os tributos que o Estado e o município cobram. Temos coleta de lixo, água, pagamos IPTU. A Vila Kennedy não é favela".* Mais umas vez, Fátima Santos:

A primeira grande favela a ter sido atingida pela política de remoção de Lacerda e sua secretária de habitação, grande aliada política, a Deputada Sandra Cavalcanti foi a do Pasmado. Situada em um espaço geograficamente privilegiado, entre os bairros de Botafogo e Copacabana, a meio caminho do centro da cidade e próximo das praias da zona sul, a favela com seus barracos de madeira e desordenados depunha contra o conjunto de obras públicas e de embelezamento da cidade que estavam sendo realizados pelo governo Carlos Lacerda. A remoção do Pasmado deveria dar início a um processo de retirada das favelas das zonas de especulação (2009. p.101).

Os moradores, sem nenhum tipo de apoio, tiveram plena consciência de que a remoção não visava beneficiá-los (AZEVEDO, 1999). Os expulsos não sentem nenhuma admiração pela figura de Lacerda. Foi o início de um pesadelo para centenas de famílias: uma nova dinâmica com possibilidades restritas; os impasses e obstáculos das famílias e para a massa de moradores expulsa das favelas da cidade, que, retiradas, foram enviadas para longe das praias, dos trabalhos, para áreas distantes, nas quais estavam em construção os primeiros conjuntos - 5.054 unidades habitacionais em uma área rural à margem do que hoje é chamada Avenida Brasil. Muitos moradores o responsabilizam pelos problemas que enfrentaram.

Em primeiro lugar, o acusam de desviar as verbas da Aliança deixando a obra inacabada e cobrando dos moradores o que lhes tinha sido dado pelo governo americano. Não se considera cabível um sentimento de gratidão ao governador, pois se afirma que as casas não foram doadas e sim compradas. Quem admite que foi um administrador eficiente, ressalta seu autoritarismo.

---

96<<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43720716>> “Nascida da remoção de favelas, Vila Kennedy vive ‘déjà-vu’ após virar bairro-piloto de intervenção no Rio.” Acesso em 17 de julho de 2019.

Dada sua proximidade com os americanos, chega-se a chamá-lo pejorativamente de ‘brasileiro americanizado’. (AZEVEDO, 1990. p.108)

Ao que a pesquisa indica, parece que o Estado não é capitalista pelas suas características institucionais, mas pelas classes que o compõe. Nessas atividades, nesses momentos, estão posicionados indivíduos que desfrutam do espetáculo que lhes é oferecido, tentados pelo poder político, não se valendo de interesse de promover inclusão social, remunerar ou promover o bem das pessoas. “*Marx decía que el capitalismo tiene una capacidad destructiva.*” (SANTOS; B. S. 2009. p. 17). É imprescindível para compreensão do Estado burguês que se arrasta nos nossos, e anteriores dias, o ensinamento de Décio Saes:

Um conceito de Estado em geral: o Estado, em todas as sociedades divididas em classes (escravistas, feudal ou capitalista), é a própria organização da dominação de classes; ou, dito de outra forma o conjunto das instituições (mais ou menos diferenciadas, e mais ou menos especializadas) que conservam a dominação de uma classe por outra<sup>97</sup>.

Evidentemente, esta não é uma pesquisa inédita, ou pelo menos não totalmente, e que essa escrita, enquanto crítica social é fruto do próprio lugar que ocupo na experiência cotidiana de viver na comunidade. Por isso, de acordo com as perspectivas aqui projetadas, penso que esta pesquisa sirva de, algum modo, como instrumento de conscientização para os próprios moradores do bairro, em termos acessíveis que atendam à linguagem da comunidade de Vila Kennedy, e que funcione como uma ferramenta de resistência da periferia carioca à luta de classe. Thompson diz que é necessário redimensionar o conceito de hegemonia, despindo-o de uma perspectiva imobilista da história, tendo em vista que dentro e fora do âmbito da hegemonia da classe dominante podemos detectar “*inumeráveis contextos e situações nos quais homens e mulheres, ao enfrentarem as necessidades de sua existência, elaboram seus próprios valores e criam uma cultura própria, intrínseca a seu próprio modo de vida*”<sup>98</sup>.

---

<sup>97</sup>SAES, Décio. *A formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 23.

<sup>98</sup>THOMPSON, 1992. p. 82 *apud* MATTOS, 2016, p. 42.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa última seção é mais recapitular do que concluir, portanto, nessas conclusões finais, pode ser que ainda existam fontes que eu não tive tempo, oportunidade ou capacidade de encontrar. Porém o esforço na pesquisa foi grandioso. Percebe-se a interconexão de objetivos e modalidades - por exemplo, a guerra contra os comunistas - e sua complexidade, comportando assim algum tipo de ligação de acontecimentos, seja os mais secretos e profundos ou os exteriores, mais superficiais e ao nosso alcance. Diante do imaginário coletivo, se faz necessário o limite do que é conhecido e do que não o é, para atingir os objetivos propostos. Como diz Pedro Paulo Funari (1989), é inevitável a subjetividade do discurso histórico. A História é, no fundo, o sonho de um historiador - grandemente condicionado pelo meio no qual ele está inserido. O passado é interpretado de acordo com pontos de vista pessoais e dos interesses de classe que trazem consigo.

Aqui a posição é em favor de um estudo histórico que vá além de barreiras artificiais criadas pelo distanciamento informativo respaldado pelos meios de informações tradicionais. Desta forma, a pesquisa permite encontrar conexões que mais aproximam da realidade do que distanciam. Descobrimos que o apelido da comunidade da Vila Kennedy é — Malvinas —, por que o conflito armado que oprime a população do bairro foi vinculado ao episódio da agressão do imperialismo inglês às ilhas argentinas na década de 1980; percebemos que os nomes das ruas foram mudados aos poucos, e hoje a maioria das ruas de um lado da comunidade tem o nome de capitais de países africanos e asiáticos que conseguiram a independência do imperialismo britânico, francês ou belga ou de guerrilheiros comunistas desaparecidos na ditadura militar de 1964<sup>99</sup>; e principalmente, perceber o clima de forte tensão - referente ao espectro bipolar - que pairava no mundo, e no país: enquanto Carlos Lacerda era o mais votado na eleição de 1947 para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, o PCB ascendia com a eleição de 36% dos representantes para a Câmara dos Vereadores do Distrito Federal, em janeiro de 1947.

Nota-se que o diálogo entre o pensamento de diversos autores, expoentes do conhecimento que comportam essas variáveis, serviu de referência e de caminho para construir uma interpretação. Percebemos que o Estado tira proveito do que está fora do

---

99 [http://www.vilakennedyonline.xpg.com.br/vk\\_mapa.htm](http://www.vilakennedyonline.xpg.com.br/vk_mapa.htm) Acesso em 07 de janeiro de 2019.

controle da população, muitas vezes alheio e distante dela. Ele não é encarado como o produto de um consenso ou contrato social, mais bem, como a entidade superior que estabelece uma relação de súdito-suserano com os cidadãos. Na intersecção entre as variáveis do Estado e das elites, evidencia-se o patrimonialismo; da interação entre os quadros elitistas e a sociedade, a interação entre a esfera estatal e os grupos sociais, o corporativismo. As elites políticas perpetuam-se no poder por meio de uma cooptação entre seus diferentes grupos, aproveitando-se do aparato estatal para beneficiar os grupos sociais, que lhes dão de conferir legitimidade e apoio político. Tendo em vista a visão de relacionamento entre o macro e o micro institucional da vida pública institucional, de acordo com Leal (1997), o sistema político de compromisso entre o poder público e o poder privado, cuja base de sustentação econômica encontra-se decadente, é um traço característico do regime republicano. Tal compromisso emerge da fraqueza de ambos os lados, principalmente no poder privado, uma vez que o Estado emana uma natureza orgânica de maior força e os setores privados não se sustentam sozinhos, e por isso dependem dos benefícios do Estado.

Consideramos importante para embasamento de perspectivas, o documentário *O Rio por eles*, de Ernesto Rodrigues, que revela uma coleção de fotos, personagens e fatos históricos sobre a cidade do Rio de Janeiro, resgatados por redes de TV, documentaristas e jornalistas estrangeiros ao longo do século XX torna-se de extrema importância. O filme revela como o Rio, seus habitantes e seus atributos culturais e naturais eram vistos por estrangeiros. Nele, um trecho de um filme Francês de 1952 discorre sobre a “selva de pedra” do Rio, e chama a atenção para uma população que aumenta de maneira vertiginosa. Nos escritórios de arquitetura, a ordem é projetar prédios residenciais, aproveitando todos os espaços disponíveis, por menores que eles fossem. Nos canteiros de obras, o ritmo das máquinas que modificaram a face da capital do Brasil da noite para o dia era frenético. O narrador francês celebra o surgimento do que chama de uma “nova e moderna” metrópole<sup>100</sup>. Em outro momento, gravado em 1958, o narrador se assusta com uma característica da nova metrópole: o enorme desafio de se locomover numa cidade cheia de morros, espremida entre mar e a montanha. De acordo com o documentário, o Rio era uma cidade com um trânsito muito difícil. Os ônibus e automóveis que tomavam completamente as ruas e avenidas da cidade<sup>101</sup>.

---

100Idem.

101Idem.



A fama do Rio de Janeiro tomaria o país e o mundo. Desta forma a manutenção de uma favela na frente de um dos seus principais pontos turístico, como o Pão de Açúcar, não era visto com bons olhos pelas autoridades públicas, que apesar de não admitirem este argumento, promoveram duas ações para a remoção do Morro do Pasmado, a primeira em 1952<sup>102</sup> que não obteve êxito e a segunda promovida no governo de Carlos Lacerda, que em janeiro de 1964 deslocou totalmente seus moradores para os novos conjuntos habitacionais. Quando a favela do Pasmado começou a se formar no início dos anos 50, os jornais da época imediatamente iniciaram a cobrar uma providência da Prefeitura “antes que os 30 ou 40 barracos se transformassem em centenas”<sup>103</sup>.

Alguns moradores receberam suas unidades de forma pacífica, porém a grande maioria não concordava com aquela mudança forçada, pelo simples motivo de estarem se distanciando por demais dos centros comerciais, sabendo das dificuldades que teriam que enfrentar no que dizia respeito ao transporte e a locomoção até seus empregos. Além de terem a dura missão de “desbravar” uma área nitidamente rural e sem qualquer semelhança de onde vinham. A desorganização do Estado na entrega das chaves foi grande: não respeitaram as preferências legais e não levou em consideração a questão do grau de parentesco, separando famílias que antes moravam próximas, dentro do mesmo quintal, para quilômetros de distancia, sem qualquer prévia avaliação neste sentido. A mesma chave abria qualquer residência dentro do conjunto, ou seja, todas as casas receberam a mesma fechadura, deste modo como as casas eram padronizadas, muitos foram os casos onde moradores erravam de casa e acabavam entrando na casa de seu vizinho. (AZEVEDO, 1999)

Vale ressaltar que a grande área de extensão entre o Distrito Industrial de Bangu e a Zona Rural de Campo Grande foi considerada a área ideal, pois estava bem distante dos holofotes da imprensa estrangeira e seria “ótimo” para o Governo “esconder” a população que crescia de forma rápida nas favelas. A imprensa não se absteve, e graças a isso, através dos olhos de um estrangeiro, verificamos eventos sociais, políticos, tecnológicos, através de um recorte histórico em Vila Kennedy em 1964:

---

<sup>102</sup>Afirmção feita pelo autor Júlio Bizarria, pois as fontes jornalísticas que selecionamos para o nosso trabalho não nos deram embasamento para discursar sobre, já que o *Jornal do Brasil* se refere ao desenvolvimento do Pasmado em 07/01/51 só referindo-se novamente em 1958 e o *Correio da Manhã* parece desconhecer o Morro do Pasmado até 27/12/53, quando publica sua primeira matéria sobre o tema.

<sup>103</sup><http://saudadesdorioluizd.blogspot.com/2018/04/favela-do-pasmado.html> Acesso em 17 de março de 2019.

O texto fala de pessoas que procuram comida do lixo e diz que sem água e nem eletricidade em casa as mulheres lavam roupa junto à lagoa no meio da sujeira onde brincam seus filhos quase nus. Os moradores, na visão do repórter, encontram meios de tornar a vida suportável: bebem, jogam baralho, damas ou tampinhas de cerveja. O texto diz ainda que na favela o aluguel é de graça, a eletricidade é roubada e que muitos moradores não querem mais do que isso. Aqui a reportagem mostra a Vila Kennedy, para onde foram muitas famílias da favela da Catacumba. O repórter lembra que a réplica da estátua da liberdade é um agradecimento à ajuda financeira do governo americano ao projeto de remoção das favelas. Mas acrescenta que foi difícil encontrar moradores das favelas dispostos a se mudar para lá. A maioria, segundo ele, não está interessada em levar uma hora e meia até o trabalho, em ônibus<sup>104</sup>.

*“Como uma sombra das vivências do cotidiano, a memória intervém, surge a partir de uma circunstância fortuita e desloca a ordem do presente. Através dela, minorias ou ‘vencidos’ podem se defender do desenraizamento e de tentativas de assimilação.”* (AZEVEDO, 1999). Enquanto para Maria das Dores Arruda, mineira de Barbacena, 76 anos, conhecida por todos da Vila Kennedy como Dona Fia (removida da Favela do Esqueleto), a mudança foi bem-vinda<sup>105</sup>, para outros, as lembranças são muito vivas e amargas:

A remoção forçada foi um trauma difícil de ser esquecido. É frequente o comentário de que vieram para a vila em caminhões - inclusive de lixo -, que não puderam aproveitar o material de seus barracos, já que, apesar de uma bandeira branca ser fincada no dia da remoção, os barracos eram derrubados ou queimados. Ao chegarem, verificavam que seus móveis não cabiam nas casas diminutas, muitos acabavam estragando do lado de fora. (AZEVEDO, op. cit. p.106)

Súbito, em 1982, uma rua na Vila ganha o nome de Conjunto Sargento Miguel Filho, um personagem nacional nascido no Acre, caído em combate na Segunda Guerra Mundial. Isso demonstra importância da construção da memória nos nomes das ruas, visto que, de acordo com Paulo Knauss, na fundação, as ruas tinham nomes em homenagem aos EUA. A partir de 1987, 33 pessoas assassinadas durante a ditadura (1964-1985), foram homenageadas, e as ruas ali ostentam placas que lembram Jane Vanine (estudante que se exilou no Chile, onde foi executada em 1974), Hélio Luiz Navarro (“desaparecido” no Araguaia, também em 1974) e Arildo Valadão, estudante de direito com 19 anos que nunca teve o corpo encontrado. Esse último, antiga Rua 2, hoje, nomeia a rua da casa do meu pai.

104 [www.youtube.com/watch?v=x0UTy51DF1g](http://www.youtube.com/watch?v=x0UTy51DF1g) Acesso em 19 de fevereiro de 2019.

105 <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43720716> Acesso em 05 de março de 2019.

Com o passar dos anos, outras comunidades foram surgindo na Vila Kennedy, além do crescimento do comércio e das atividades econômicas, que representam um bom volume de impostos e recursos aos cofres públicos. Os mesmos problemas que se viam há 50 anos se repetem hoje. A postura do poder público parece não mudar a conotação violenta: se antes a política era de remoções, agora é de ataque, mesmo com a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, que em seu artigo 429, VI, prevê a política de desenvolvimento urbano respeitando os seguintes preceitos: “urbanização, regularização fundiária e titulação das áreas faveladas e de baixa renda, sem remoção dos moradores”.<sup>106</sup>

Ao mencionarmos estorvilhos, podemos destacar: a infraestrutura (a maioria das ruas estão fechadas por causa das barricadas que servem para travar a entrada de PM's) e a pavimentação inexistente em diversos trechos; o transporte para o centro, que até hoje a linha de ônibus é a mesma, caindo aos pedaços, o 394, ou ir até Coelho Neto e pegar o metrô (nesse caminho gasta-se uma passagem a mais para a locomoção); a iluminação e a limpeza pública que foram esquecidas pela Prefeitura deixando a comunidade escura e suja. Entre outros problemas que surgem ou se ampliam a cada ano com o crescimento desordenado da população desta região, a precariedade do sistema de saneamento básico é um exemplo claro do que é enfrentado desde os pioneiros do bairro na inauguração, até hoje pelos moradores atuais, como eu, por exemplo: o Rio Sardinha (esgoto), cercado de mato, que há muito tempo não sofre uma dragagem, e está abandonado, acaba sendo um foco de doenças a céu aberto.

Ao longo do mês de março de 2018, mesmo sendo "laboratório" da intervenção federal<sup>107</sup>, houve 22 tiroteios - o quarto maior número entre comunidades com UPPs<sup>108</sup>. *"A presença do Estado está sempre chegando à favela"*, diz o historiador Mário Brum, com ênfase no gerúndio. *"A situação se repete historicamente"*<sup>109</sup>. Ele afirma: *"O Estado chega à favela com Lacerda. Depois com (Leonel) Brizola. Depois com Favela-Bairro (programa de urbanização do Cesar Maia<sup>110</sup>). Depois com as UPPs. E agora com a intervenção militar"*.

---

<sup>106</sup>[http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4946719/4126916/Lei\\_Organica\\_MRJ\\_comaltdo205.pdf](http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4946719/4126916/Lei_Organica_MRJ_comaltdo205.pdf) Acesso em 17 de julho de 2019.

<sup>107</sup> <https://www.conjur.com.br/2019-jan-16/antes-intervencao-temer-estudou-transformar-rio-territorio> Acesso em 17 de julho de 2019.

<sup>108</sup>[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/11/politica/1520769227\\_645322.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/11/politica/1520769227_645322.html) “UPPs, mais uma história de esperança e fracasso na segurança pública do Rio.” Acesso em 17 de julho de 2019.

<sup>109</sup> <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43720716> “Nascida da remoção de favelas, Vila Kennedy vive ‘déjà-vu’ após virar bairro-piloto de intervenção no Rio.” Acesso em 05 de março de 2019.

<sup>110</sup>Foi eleito Deputado Federal pelo Rio de Janeiro entre 1987 e 1992. Assume pela primeira vez a Prefeitura do Rio de Janeiro em 1993, já pelo PMDB. Voltaria ao posto em outras duas ocasiões, de 2001 a 2008, pelo

*"Os moradores são muito descrentes disso. Já viram esse filme várias vezes. Anuncia-se uma política com muito alarde e pirotecnia. Mas passa-se um tempo e na prática nada muda. É mais um mito",* considera o historiador. Na entrada da Vila Kennedy, o morador Assis comenta sobre os soldados fazendo o patrulhamento de rotina. *"Sabemos que isso é temporário. Eles não vão ficar eternamente"*. Para ele, a comunidade precisa do que sempre precisou: saúde, educação, cultura, creches, serviços médicos. *"Se tivéssemos metade do que os bairros da zona sul têm, seria muito bom para nós. Seria muito bom para toda a cidade",* diz Assis<sup>111</sup>.

À luz do que foi exposto, sabendo do costume de arrumar os fatos em envelopes com categorias temporais e universais - o social, o econômico, o político, o religioso e o cultural - e depois proceder a esta distribuição, etiquetagens, seja por razões de competência pessoal ou por escolha disciplinar<sup>112</sup>, o trabalho final, ao qual só o produto pronto importa entendo que a pesquisa seja um iceberg, e a escrita a sua ponta. Sendo um processo de investigação disparado pela curiosidade, ao identificarmos uma fronteira, observamos a performance do lugar que, sendo desconhecido ou conhecido, através da escrita somos apresentados ao terreno. *"A fonte histórica é aquilo que coloca o historiador diretamente em contato com o seu problema. Ela é precisamente o material através do qual o historiador examina ou analisa uma sociedade humana no tempo."* (BARROS, 2009. p. 134)

Tendo em vista a finalidade de ser contra o capitalismo, acreditando na existência da liberdade na Vila e no país, com orientações voltadas por valores como o da justiça e equidade, me dediquei com a utopia de uma contribuição à mobilização social necessária à resistência relacionada não só a moradia, mas também a luta de classes. Valiosa afirmação de Bourdieu que diz: *"Aquilo com que nós pesquisadores poderíamos sonhar é que uma parte de nossas pesquisas pudesse ser útil ao movimento social, em vez de perder-se"* (BOURDIEU, 1998. p. 78-9. apud MATTOS, 2016, p.44.). Depois, acato o comentário de Nietzsche, o qual exorta a importância da história tanto para a manutenção do poder das elites, quanto para a força da população que sofre:

Para retomar os que agem, Polybio, por exemplo, denomina a história política como preparação correta para o governo de um Estado e a mestra

---

PFL. Dirigente do DEM, desde 2013 é vereador da Cidade do Rio de Janeiro. <http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/ccnlep/cesar-maia> Acesso em 17 de julho de 2019.

111 <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43720716> Acesso em 05 de março de 2019.

112GRUZINSKI, 2001.

mais primorosa que, por intermédio da lembrança dos infortúnios alheios, nos exorta a suportar firmemente as oscilações da sorte<sup>113</sup>.

Por fim, ao entregar imóveis na Vila Kennedy, em 1964, o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, foi enfático no discurso: "*Não basta somente mudar-se friamente a população desfavorecida de um lugar para outro*"<sup>114</sup>. A realidade, porém, foi mais dura do que as palavras do político. Hoje, 55 anos depois, as casas, os conjuntos, condomínios e seu entorno – situados próximo a Bangu, na Zona Oeste do Rio – transformaram-se numa região violenta sob forte domínio do tráfico<sup>115</sup>. Somados aos problemas estruturais causados pelo Estado, que não “cuida”<sup>116</sup>, as escolas estão destruídas, enquanto crianças na faixa de 10 anos vão na padaria gastar o dinheiro do tráfico com “danoninho”. A lei que torna Vila Kennedy um bairro foi sancionada pelo prefeito Marcelo Crivella. Com a mudança, o Rio passa a ter 162 bairros reconhecidos oficialmente. O bairro vai integrar a 17ª região administrativa da cidade<sup>117</sup>. Atualmente, o trânsito caótico de uma Avenida Brasil transformada em canteiro de obras não concluídas desde 2014, para a Copa do Mundo, tira muita gente do sério.

---

113NIETZSCHE, Friedrich, *Segunda consideração intempestiva. Da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Trad: Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. p. 15.

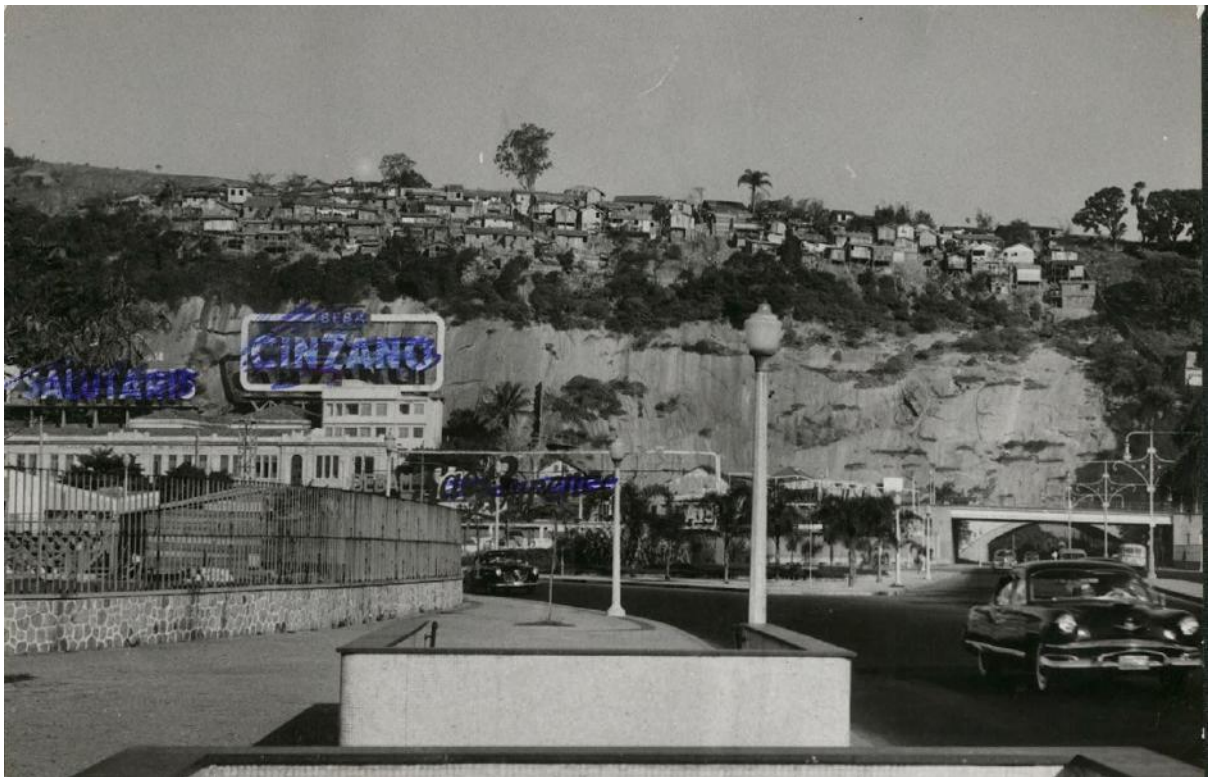
114<https://extra.globo.com/casos-de-policia/para-especialistas-governo-repete-no-minha-casa-minha-vida-erros-de-programas-habitacionais-do-passado-15724677.html> Acesso em 17 de julho de 2019.

115 <https://cbic.org.br/para-especialistas-governo-repete-no-minha-casa-minha-vida-erros-de-programas-habitacionais-do-passado/> Acesso em 19 de fevereiro de 2019.

116Menção a propaganda política de Marcelo Crivella em 2016: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/eleicoes/2016/noticia/2016/10/marcelo-crivella-discursa-apos-ser-eleito-prefeito-do-rio.html> e <https://marcelocrivella.com.br/crivella-lanca-programa-cuidar-da-cidade-com-acoas-de-conservacao-baseadas-no-1746/> Acesso em 17 de julho de 2019.

117<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/apos-53-anos-vila-kennedy-vira-oficialmente-um-bairro-do-rio.ghtml> Acesso em 14 de março de 2019.

## 6. IMAGENS



A favela do Pasmado em 1959. (Acervo do *Correio da Manhã*)



A Favela do Esqueleto, no Maracanã. Tinha esse nome por se tratar da invasão de um terreno onde havia o esqueleto de um prédio de hospital inacabado. Foi removida por Carlos Lacerda no início da década de 1960, para dar lugar ao campus da então UEG, atual Uerj. Grande parte de seus moradores foi assentada na Vila Kennedy (Crédito: Acervo Uerj)



Favela do Pasmado sendo incendiada. (Acervo do *Correio da Manhã*)



Favela do Pasmado. (Acervo do *Correio da Manhã*)

Charge de LAN<sup>118</sup>. Lacerda, O Corvo.

---

118 <http://gustavoacmoreira.blogspot.com/2012/07/herois-da-direita-lacerda-o-corvo.html> Acesso em 17 de julho de 2019.



# Lembrança da 1.<sup>a</sup> Exposição Contra o Golpe

SETEMBRO DE 1961

- "ARRE...! DESTA VEZ ERREI  
POR UM DIA...!"



COLABORAÇÃO MÍNIMA CR\$ 10,00



MANDADO PUBLICAR PELO COMANDO CENTRAL DO 1.º COMITÊ  
DE RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA — MATÁ-FORRÃO

Colaboração de: Desenho de: SAMPAULO — Clicherie: FOTOGRAVURA-SUL — Impressão: Comitê de Resistência Democrática dos Trabalhadores em Energia Elétrica.

Carlos Lacerda, "O demolidor de presidentes"



Crianças ao lado da réplica da Estátua da Liberdade presenteada pelo governo americano na Vila Kennedy, em 1964 | Foto: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.



Estátua da liberdade localizada na praça principal da Vila Kennedy atualmente. 2018.



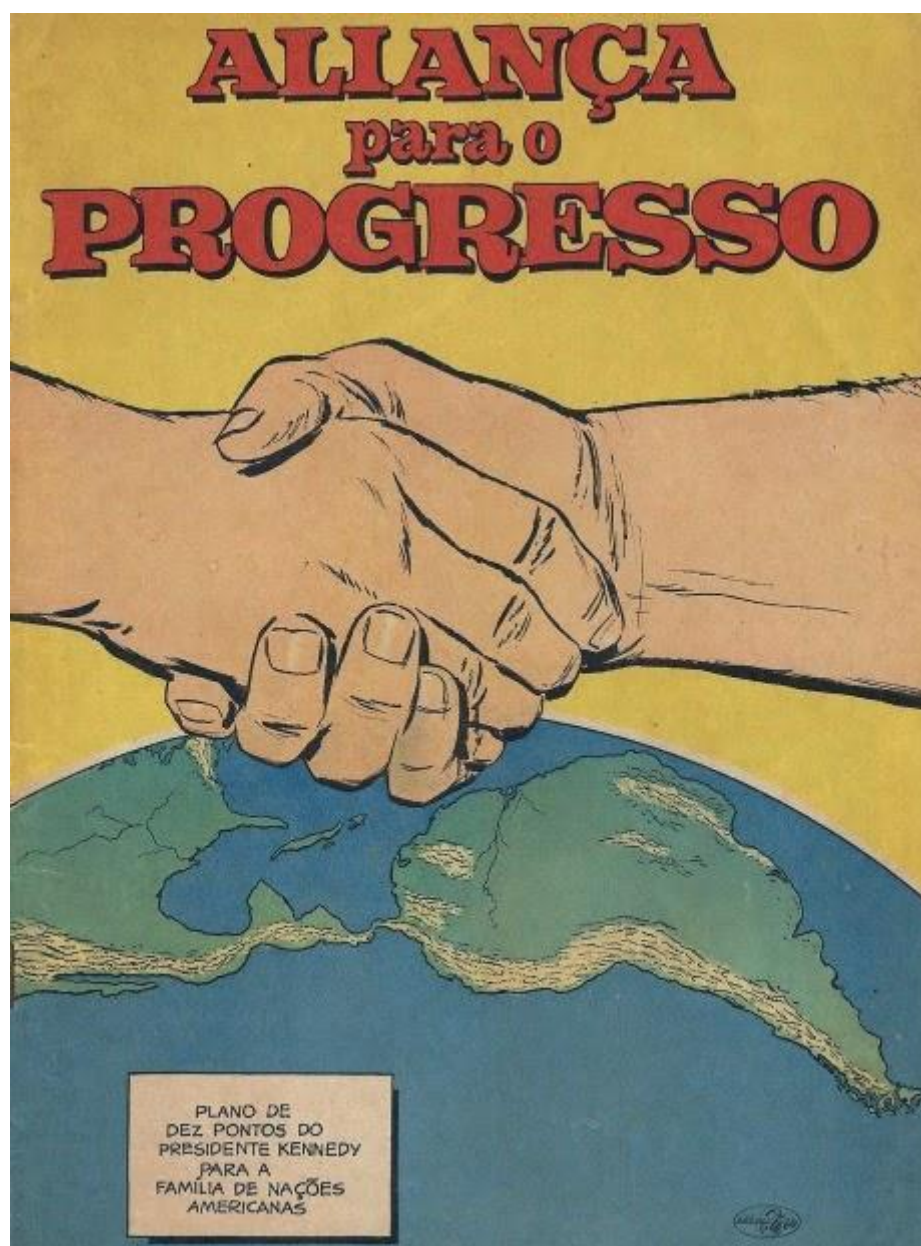
Avenida Brasil. 2018.



Rua Arildo Valadão.



Reunião OEA em Punta Del Leste.



Publicação rara. Revista *Aliança Para o Progresso*. Plano de 10 pontos do Presidente Kennedy para a Família de Nações Americanas. Ilustrada em quadrinhos, com 16 páginas.<sup>119</sup>

<sup>119</sup>Pode ser encontrada no endereço: <https://www.levyleiloeiro.com.br/peca.asp?ID=54824&ctd=1&tot=&tipo=> Acesso em 09 de março de 2019.



Cartaz Soviético 1960.



Primórdios Vila Kennedy.



## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Secretaria Municipal de Urbanismo-SMU, Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP. Rio de Janeiro, 2006.

ALVITO, Marcos e ZALUAR, Alba (orgs). **Um Século de Favela**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

AZEVEDO, Cecília. “Essa pobre moça indefesa - Estátua da Liberdade da Vila Kennedy.” In: MENDONÇA, Paulo Knauss de (Org.) *Cidade vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.

BARROS, José D’Assunção. *O campo da história: Especialidades e Abordagens*. 6.ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BIZARRIA, Júlio. *O Morro do Pasmado e o nomadismo de maldição: da distopia atualizada à memória diáfana*. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

CUNHA, Euclides Da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Martin Claret, 2017.

FALCON, Francisco José. “História e poder”. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. *O rapto ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro 1858/1945*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

FERREIRA, Jorge & GOMES, Ângela de Castro. *1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Cultura popular na Antiguidade Clássica*. São Paulo: Contexto, 1989.

GOMES, Ângela de Castro. *Política: história, ciência, cultura, etc. Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v.9, n.17. 1996.

GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro: História e Direito*. Rio de Janeiro: Pallas, Ed. PUC-Rio, 2013.

GRUZINSKI, Serge. “Acontecimentos, bifurcações, acidente e acaso... observações sobre a história a partir das periferias do Ocidente”. In Morin, Edgard (org.). *A religião dos saberes*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

KNAUSS, Paulo. *Arte pública e direito à cidade: o encontro da arte com as favelas no Rio de Janeiro contemporâneo*. Disponível em: <https://docplayer.com.br/21747464-Arte-publica-e-direito-a-cidade-o-encontro-da-arte-com-as-favelas-no-rio-de-janeiro-contemporaneo-1.html> Acesso em: 07 março. 2019.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Contraponto: Puc-Rio, 2006.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEEDS, Anthony e LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

LINS, Arthur Silva. **Imprensa, luta de classes e a lógica contrarrevolucionária preventiva: um estudo dos editoriais da *Folha da Manhã*, do *O Estado de S. Paulo* e do *O Globo* entre**

1930 e 1947. Monografia – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

MAIA, Andréa Casa Nova. *Memória(s) e Identidade(s) nos trilhos: História de Ferroviários brasileiros em tempos de neoliberalismo*. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 15, nº1, 2009, p.143-152.

MATTOS, Romulo Costa. Favelas na Primeira República: tentativas de remoção e resistência. *Revista história & luta de classes* - ano 11 - edição nº 21. Rio de Janeiro, 2016.

MORIN, Edgard. *A Religação dos saberes. O desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001.

NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Fernando Teixeira. Trabalhadores, sindicatos e política. In: Jorge Ferreira; Lucília de Almeida Neves Delgado. (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática - Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, livro 3.

NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva. Da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Trad: Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

OLIVEIRA, André lopes de. *O poder das ideias: A construção e a demolição da imagem presidencial de Carlos Lacerda*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

PANDOLFI, Dulce Chaves. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PICCOLO, Fernanda Delvalhas. *Sócio-historiografia de uma categoria: as favelas e suas representações sociais*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 38, julho-dezembro de 2006, pp.128-134.

PROST, Antoine (org.). *Doze lições sobre a História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SAES, Décio. *A formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SANTOS, B. S. O Estado, o Direito, e a questão urbana. In: *Conflito de Direito e Propriedade*. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

\_\_\_\_\_. *Pensar el estado y la sociedad: desafíos actuales*. - 1a ed. - Buenos aires: Waldhuter, 2009.

SANTOS, Fátima Nascimento dos. *E por falar em FAFERJ... Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (1963 – 1993) – memória e história oral*. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Vicente Gil da. *A Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento (1961-1964) de intervenção política*. Dissertação apresentada ao programa Pós-Graduação em Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

VALLADARES, Lícia. *A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 15, nº 44, outubro/2000.

VALLADARES, Lícia Prado. *Passa-se uma casa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.